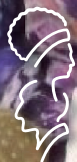


CAMINHO PARA A UTOPIA

A Luta das Mulheres Saarauis



FLCMF

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL

Mariana Espeleta Olivera

CAMINHO PARA A UTOPIA

A Luta das Mulheres Saarauis

Mariana Espeleta Olivera

Título: *CAMINHO PARA A UTOPIA*
Luta das Mulheres Saaraus

Copyright Mariana Espeleta Olivera 2011

Título original: Las mujeres saharauis en camino a la utopía

Tradução: Carolina Peters

Revisão: Antônio Carlos de Andrade

Diseño y formación: Olivia Mora Torres

2024

Sumário

Prefácio	5
Introdução	9
Capítulo 1 CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL.....	13
Capítulo 2 MULHERES SAARAUIS, SEMPRE MUITO LIVRES.....	25
Capítulo 3 MULHERES SAARAUIS: RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO	37
Capítulo 4 20 ANOS DE ESPERANÇA: ESTRATÉGIAS PARA UM LONGO CAMINHO	49
Referências	68

PREFÁCIO

AS MULHERES SAARAUIS A CAMINHO DA UTOPIA

Meus mais sinceros agradecimentos pelo convite para escrever este prefácio a Ahamed Mulay Ali Hamadi, meu estimado embaixador no Brasil, mas para mim, sobretudo, um amigo, irmão e companheiro de luta; companheiro nessa luta pela liberdade na qual investimos uma vida inteira e na qual nós, as mulheres saarauis, temos um papel histórico tão determinante em razão da sua relevância.

Também agradeço à autora, Mariana Espeleta Oliveira, que demonstrou interesse pela nossa luta, tanto enquanto povo quanto como mulheres. Seu trabalho, sem dúvida, contribui para compreender o papel tão relevante das mulheres saarauis no projeto de nação do Saara Ocidental, hoje República Árabe Saarai Democrática, e o modo como se organizaram para garantir que não se deixará de levá-las em conta nem hoje nem no futuro.

Esta obra tem a peculiaridade de não ser um trabalho de pesquisa regido estritamente por uma disciplina antropológica, mas responde a uma realidade muito mais próxima, na qual a interação com as protagonistas se dá através de uma observação participativa. O registro em diário de campo, as entrevistas semiestruturadas, o estabelecimento de relatórios, as conversas dirigidas e o acesso que obteve a documentos do Arquivo Nacional Saarai deram à pesquisadora uma oportunidade única para entender os processos de evolução pelos quais as mulheres saarauis passaram. Processos esses que forjaram sua identidade e as empoderaram como mulheres, narrados por elas mesmas. Sem sombra de dúvida, isso é algo que atia a curiosidade por compreender como mulheres de diferentes culturas encontram formas de subverter a ordem patriarcal e transformar seu papel tradicional, rompendo os estereótipos estabelecidos. Especialmente aqueles segundo os quais todas as culturas árabes têm papéis de gênero que historicamente submetem as mulheres e as convertem em figuras submissas, sem vontade de reação.

As mulheres saarauis são um exemplo de emancipação com seu ativismo e contribuição no contexto político da história recente do povo saarai, apesar do fato de que uma parte delas ainda vive sob repressão brutal nos territórios do Saara Ocidental ocupados pelo Marrocos.

O exemplo das mulheres saarauis na luta de libertação, bem como a aposta em determinada forma de organização social feita em alguns acampamentos de refugiados, constituíram a pedra angular que sustenta os papéis de gênero e a participação política de mulheres extraordinárias. Elas souberam converter sua luta de libertação nacional e sua batalha feminista em uma identidade, através de uma estratégia de empoderamento em todos os âmbitos.

As mulheres saarauis compreenderam que a solidariedade entre elas, a experiência acumulada e a vontade de vencer as adversidades são o fator necessário para adaptar sua cultura ancestral a um novo contexto, que reforce igualmente seu status feminino e o nacionalismo de todos os saarauis, homens e mulheres. Afinal, elas, as mulheres saarauis, sempre foram livres e querem seguilo sendo em um Saara Livre, que não seja apenas uma Utopia.

Jadiyetu El Mohtar – Delegada da Frente Polisario em Euskadi
(Comunidade Autônoma do País Basco).

Vitoria Gasteiz, 13 de dezembro de 2022.

Para Bazooka, Gashmula, Hussein, Mariam, Abdrabu, Hamada, Mahmud.

E para todas as mulheres que me convidaram para um chá, abriram para mim sua jaima e compartilharam comigo sua voz, seu tempo e suas experiências

...Shukram.

Meus mais sinceros agradecimentos a Lourdes Benería, por sua orientação e acompanhamento. Obrigada também a todas as pessoas que tornaram possível a elaboração deste trabalho; a Mahraví e a Towalo.

INTRODUÇÃO

As mulheres do Saara Ocidental são bem conhecidas pela sua participação política e pelo papel de relevo que desempenham em sua cultura. A singularidade das mulheres saarauis como coletivo reside em ser parte de uma população que, ao longo das últimas quatro décadas, esteve constantemente vivendo em acampamentos de refugiados, ou em resistência nos territórios ocupados pelos seus invasores, à espera de que o problema político do Saara Ocidental com o reino do Marrocos seja resolvido de acordo com o direito internacional. Essa situação, somada a diversos aspectos de sua cultura ancestral e às necessidades surgidas nos períodos mais agudos do conflito, gerou uma identidade feminina, a da “mulher saarai”, que resulta insólita em um país árabe e muçulmano.

Um segundo aspecto de sua singularidade, mas que não menos importante, consiste em que, durante esses anos de exílio e repressão nos territórios ocupados, as saarauis viveram se preparando para recuperar uma sociedade que ainda está por vir. Seu esforço não se limitou a focar na sobrevivência e na manutenção da vida nos acampamentos, mas também se ocupou intensamente em criar estruturas e mulheres para o futuro. O investimento que as mulheres fizeram em sua própria educação, organização e na luta pelos seus direitos se deu de um modo fundamentado, sistemático e coerente, no marco de uma lógica própria em que se combinam a tradição cultural e a necessidade de responder às urgências da sobrevivência, limitada pelas atuais condições materiais.

A literatura e a pesquisa produzidas a respeito delas, contudo, é escassa. Em castelhano foram publicados poucos estudos a respeito; no âmbito acadêmico, destacam-se os trabalhos de Dolores Juliano e Christiane Perregaux, ambos escritos nos anos 1990, mas que falam sobre as mulheres do Saara Ocidental desde perspectivas diferentes. Em 2002, a escritora e jornalista catalã, Ana Tortajada, publicou um livro intitulado *Filles de la sorra* [*Filhas da areia*], no qual conta, através de uma série de cartas, sua experiência com as mulheres do Saara em uma viagem que realizou aos acampamentos de refugiados com o propósito específico de saber mais sobre elas. Existem, ademais, traduções recentes de trabalhos realizados sobre o Saara Ocidental que tocam o tema, alguns artigos acadêmicos publicados (há, sobretudo, artigos escritos em inglês

e francês, mas que ainda não foram traduzidos para o espanhol), além de grande variedade de pesquisas informais que se encontram disponíveis na internet.

O presente trabalho foi elaborado a partir do interesse que a divulgação de experiências vitais de coletivos de mulheres tem para nosso tema de estudo, “gênero, mulheres e cidadania”. Consideramos que suas identidades, necessidades e visão de mundo podem nos oferecer um entendimento mais amplo de outras realidades através das quais se criam novos modelos de gênero, de identidade e de participação.

Devido à dificuldade de fazer um trabalho de campo nos territórios ocupados pelo Marrocos, a documentação a respeito da evolução do coletivo de mulheres saarauis nesses territórios é praticamente inexistente, daí que neste texto não abordarei a questão como tema, ainda que na conclusão dedique a ela alguns parágrafos.

Cabe assinalar que meu posicionamento frente à realidade das mulheres e dos homens saarauis está comprometido com um interesse acadêmico por sua luta pela justiça e seu direito à autodeterminação. Não é, portanto, um trabalho com pretensão de neutralidade científica, ainda que tenha sido produzido de maneira crítica e rigorosa.

Meu primeiro objetivo foi elaborar uma revisão histórica da evolução do papel social e político das mulheres saarauis, desde a época da vida nômade no deserto até os nossos dias. Em segundo lugar, busquei igualmente realizar, a partir dos trabalhos de campo já existentes e dos resultados do meu próprio trabalho, uma análise a respeito da identidade feminina saarai e dos elementos que a conformam.

No que diz respeito à metodologia, grande parte deste trabalho foi realizada a partir da revisão de diversos documentos sobre a história e situação dos habitantes do Saara Ocidental, assim como dos poucos escritos acadêmicos existentes relativos especificamente ao tema concreto das mulheres saarauis, disponíveis em castelhano, inglês e francês.

Os principais trabalhos utilizados para documentar esta dissertação são estudos com trabalho de campo, principalmente antropológicos. Destaco, entre eles, o de Julio Caro Baroja, *Estudios saharianos* (1955), como um dos mais valiosos documentos sobre o povo saarai, pois foi realizado ainda em tempos coloniais, abarcando variadíssimos aspectos da vida cotidiana.

Gulili, mujeres del desierto saharai (1993), da já mencionada Christiane Perregaux, é fruto das viagens realizadas pela autora ao Saara Ocidental. O livro reúne numerosas conversas que ela teve com muitas mulheres saarauis, a partir das quais vai contando histórias da vida cotidiana,

de luta e sobrevivência, abordando formas organizativas e suas perspectivas para o futuro do Saara livre. Tecendo entre as histórias, Perregaux explica o conflito político, as perspectivas que existiam naquele momento e o papel importantíssimo que as saarauis têm desempenhado na sobrevivência do seu povo, bem como o que apostam desempenhar em seu futuro.

Farei uma revisão do livro de Dolores Juliano, *La causa Saharahui y las mujeres: “siempre fuimos tan libres”* (1998), no qual ela realiza um interessante trabalho historiográfico de recuperação do papel social destacado cumprido pelas mulheres saarauis desde sua origem berbere¹ até os nossos dias. Trata também do conflito político e seu significado para essas mulheres em termos de recuperação do poder, mas também da ameaça que representa, para o povo do Saara Ocidental, o fato de que sua situação se prolongue indefinidamente.

Serão revisados também os textos de Sophie Caratini, antropóloga que trabalhou por décadas o tema dos nômades do deserto, atualmente diretora de pesquisa no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), na Universidade de Tours (França); e de Elena Fiddian Qasmiyeh, pesquisadora do Centro de Estudos de Refugiados do Departamento de Estudos para Refugiados da Universidade de Oxford, que nos últimos anos publicou distintos trabalhos relacionados a pesquisas realizadas no Saara Ocidental.

Além da pesquisa bibliográfica, há outra parte da presente dissertação que foi realizada por meio do trabalho de campo nos próprios acampamentos de refugiados na Argélia. A metodologia utilizada durante meu trabalho de campo não obedece a uma disciplina antropológica estrita, embora eu tenha me baseado na observação participativa, no registro em diário de campo, na condução de entrevistas semiestruturadas, no estabelecimento de *rapport*², nas conversas dirigidas, contando ainda com o acesso a documentos no Arquivo Nacional Saarai. O objetivo de minha viagem consistiu em entender melhor as situações de mudança atravessadas pelas mulheres saarauis ao longo dos 20 anos de espera pelo referendo e a maneira como elas vivem, tudo isso narrado por suas próprias vozes e ações, sua identidade de mulheres e seu papel social nas presentes condições.

Devido à brevidade de minha visita, realizada entre novembro e dezembro de 2010, e os próprios limites de uma dissertação, o presente trabalho não pode ser qualificado como uma pesquisa capaz de explicar

1 Conjunto de povos do Norte da África, chamam a si próprios “Imazighen”, palavra que significa “homens livres” [Nota da Tradutora].

2 Termo originário da psicologia, no método antropológico visa o estabelecimento de relações empáticas, a fim de diminuir a resistência na comunicação com o entrevistado [N.T.].

a amplitude da realidade atual da vida das mulheres no Saara, mas quem sabe possa, sim, servir como mais uma entre tantas pontes que façam chegar até nós alguns instantâneos e a palavra recente dessas mulheres do deserto.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Há mais de 35 anos, a vida de cada saarauí – homem ou mulher – encontra-se permanentemente atravessada pela ocupação marroquina de seu território, o que mantém uma parte da população do Saara Ocidental vivendo em campos de refugiados na Argélia, enquanto outros habitam a faixa invadida sob severas condições de repressão, e muitos encontram-se em diáspora, espalhados por diversos países no mundo, particularmente Espanha, Argélia e Mauritânia. Esse conflito determina não apenas as circunstâncias e as oportunidades do dia a dia, mas também as do futuro, pois quando se vive em resistência é impossível a construção de algo permanente, ao mesmo tempo em que é preciso pensar e trabalhar em vista de que o território seja libertado e se torne possível a vida na paz, de acordo com o projeto largamente pensado.

Por outro lado, o passado tribal, multiétnico e nômade do povo do Saara Ocidental ainda é, na atualidade, fonte de suas formas organizativas, produtivas, reprodutivas e culturais; formas, contudo, adaptadas e atualizadas no quadro de um projeto comum de nação, ressaltando certos aspectos e suprimindo outros de acordo com as necessidades presentes. Assim, portanto, poderíamos dizer que em cada mulher e em cada homem saarauí convergem ativamente um passado ancestral de ricas formas de vida, um presente de conflito político, que mantém constantemente limitado o desenvolvimento pleno de suas capacidades humanas, e o projeto futuro do Saara livre.

Nestes marcos, desenvolvem-se cotidianamente as mulheres que através do presente trabalho compartilharão conosco sua experiência. Por isso, neste capítulo, tentaremos fazer uma contextualização histórico-política prévia.

1.1 – Território e geografia humana

O território do Saara Ocidental é uma vasta região que se estende por 266 mil quilômetros quadrados no noroeste da África. Faz limite com Marrocos, Argélia, Mauritânia e o Oceano Atlântico.

Estima-se que em 2010 a população fosse de 443 mil pessoas, ainda que seja difícil realizar um censo confiável em razão das condições políticas. É igualmente difícil estabelecer com clareza outros dados demográficos, particularmente em relação às áreas ocupadas, já que nos censos marroquinos essas populações não são reconhecidas nem estão diferenciadas.

Atualmente, as atividades econômicas nos acampamentos de refugiados se limitam ao comércio mínimo e à produção de artesanatos. Há também algumas granjas localizadas em áreas produtivas, bem como a criação de cabras e aves domésticas, além do pastoreio seminômade. Os bens de consumo restantes provêm das ajudas internacionais, já que é impossível produzi-los nas condições atuais. Previamente ao conflito, os saarauis viviam em uma economia de subsistência e autoprodução para a satisfação, sendo nômades ou seminômades, e dedicados ao comércio, ao pastoreio, à exploração pesqueira de suas costas e ao cultivo de cevada, que ainda ocorre em alguns de seus territórios.

Sua composição étnica atual provém da síntese de tribos berberes, árabes e africanas que historicamente coabitaram a região. A língua oficial é o árabe, que se fala em uma vertente local chamada hassania, em que se incorporam formas berberes. Como legado da colonização, o espanhol é a segunda língua, aprendida nas escolas dos acampamentos de refugiados de maneira complementar e, de modo geral, falada perfeitamente por quem nasceu na colônia, assim como pelos responsáveis pela administração pública e pela maioria de crianças e jovens que fizeram parte dos programas educativos “Férias em paz” (intercâmbios de verão realizados na Espanha, para crianças dos acampamentos entre 6 e 12 anos) ou saíram para fazer o ensino médio e a universidade em países de língua espanhola, majoritariamente Espanha e Cuba, que lhes oferecem bolsas especiais ou que possuem fortes redes de solidariedade civil.

Originalmente, o território do Saara Ocidental esteve habitado em sua faixa mais fecunda por pequenas populações sedentárias da África subsaariana, mas a partir do século I ele foi ocupado por tribos berberes que aí introduziram o dromedário e a vida nômade. A partir do século VIII, guerreiros almorávidas provenientes do Sul começaram a propagação da fé muçulmana, à qual opôs-se inicialmente resistência, até que finalmente, por volta do século XIII, as tribos árabes zenetas e maquil³ conquistaram o domínio do território e conseguiram a generalização do islã. A partir de então, estabeleceu-se um sistema social tribal hierarquizado, no qual se conformou uma complexa organização tributária, assim como uma diferenciação ocupacional de acordo com a tribo de pertencimento: guerreiros, pastores, comerciantes, estudiosos/religiosos, artesãos

³ Respectivamente, grupos étnicos de origem berbere e beduínos iemenitas [N.T.].

etc. Da mesma forma, o território ao qual suas caravanas estavam circunscritas variava segundo sua procedência.⁴ O único assentamento permanente na região foi o que ficou conhecido como a “Cidade Santa de Smara”, fundada no final do século XIX pelo Chej Ma El Ainin.

1.2 – Período colonial

A partir da ocupação espanhola nas Ilhas Canárias, deslocamentos até a África continental por volta do início do século XVI permitiram que a coroa espanhola estabelecesse alguns acordos comerciais com tribos do Saara, mas após a conferência de Berlim (1884-1885), celebrada com a finalidade de que as potências europeias repartissem a África, a Espanha obteve os direitos de ocupação do território do Saara Ocidental.

Ao acordo de Berlim se sucederam diversas explorações que tiveram como resultado a posse de enormes territórios do Saara, sob a figura jurídica de protetorado espanhol. Não houve, porém, uma ocupação real, exceto em algumas áreas nas costas saarianas em frente às ilhas Canárias, uma vez que a coroa espanhola estava ocupada com os conflitos que, naquele momento, envolviam suas outras colônias.

Em princípios do século XX, França e Espanha iniciaram uma série de negociações com o intuito de redefinir as fronteiras dos territórios que ocupariam na África norocidental, incluindo o Marrocos. Em 1912, chegaram a uma repartição arbitrária em termos geográficos e humanos na qual a Espanha ficou com protetorados na região do Marrocos, controlada majoritariamente pela França, e com o território do Saara, sob a figura de colônia. Contudo, foi apenas em 1934 que se iniciaram as incursões no território com o intuito de estabelecer um controle real e utilizar os recursos naturais abundantes, mas até então ignorados, com base na exploração já estabelecida nas outras colônias. A cidade sagrada do deserto, Smara, caiu nas mãos do domínio espanhol e, apesar da resistência dos habitantes saarauis, estabeleceu-se a partir desse momento o controle operativo e real da região.⁵

Durante o restante da década de 1930 – apesar da guerra civil espanhola – e na década de 1940, o governo espanhol foi consolidando suas posições no Saara, posicionando postos militares e construindo povoados e estradas que ligavam pontos estratégicos. Durante esse período, muitos saarauis foram recrutados para fazer parte das forças militares espanholas e das chamadas “tropas nômades”, que serviam à complexa administração política que se estabeleceu no Saara com o

4 Cf. Caro (1955).

5 RUIZ, 1995, p. 35.

intuito de manter o controle militar e facilitar o uso de recursos, como as enormes jazidas de fosfato na região de Bu Craa, descobertas em 1947.

Contudo, apesar de contar com a cooperação de alguns grupos saarauís que viam vantagens na ocupação espanhola, de modo mais geral a resistência foi constante e os levantes tiveram que ser repetidamente sufocados, já que a administração espanhola não integrou de maneira nenhuma a forma organizativa dos saarauís nem lhes permitiu intervir na tomada de decisões dentro do território.

Em 1956, a França finalizou seu protetorado sobre o Marrocos, e esse foi um detonador para o início da luta pela independência do Saara Ocidental. Em janeiro de 1958, o governo da Espanha, pressionado pela Organização das Nações Unidas, declarou o Saara Ocidental como “província ultramarina”,⁶ já que era impossível seguir mantendo-a sob o estatuto de colônia. Ainda assim, o movimento anticolonialista manteve-se forte nesses momentos e a resistência se estendeu por grande parte do território. Com o intuito de recuperar o controle da região, a Espanha se aliou à França e ao Marrocos naquela que ficou conhecida como “Operação *Ecouvillon*”, na qual tropas terrestres e aéreas atacaram as forças saarauís por diversas frentes e causaram graves danos às fontes de subsistência da população saarauí, tirando também a vida de milhares de civis e conseguindo sufocar, por ora, o movimento de libertação do território do Saara Ocidental. Essa etapa marca um dos primeiros e mais graves rompimentos entre a união de tribos saarauís e o Marrocos, considerando que anteriormente, quando tentavam se libertar da França, os marroquinos haviam recebido apoio por parte dos saarauís em seu Exército de Libertação Nacional (ELN). Pelo seu apoio, a Espanha premiou o Marrocos, entregando-lhe a administração de Tarfaya, cidade localizada ao sul de seu território.

Quando a Mauritânia se tornou independente, em novembro de 1960, o Marrocos manifestou seu interesse em anexar os territórios mauritano e saarauí através do documento intitulado “livro branco”, no qual assinalava que esses territórios eram parte histórica do espaço geográfico que lhe correspondia. Durante a década de 1960, começou o tortuoso processo de descolonização, no qual as diferentes forças envolvidas entraram em um complicado morde e assopra enquanto a ONU tentava fazer cumprir a normativa internacional que favorecia a independência das colônias. O povo saarauí pretendia recuperar seu território e conseguir a autodeterminação, enquanto o governo espanhol tratava de preservar a todo custo o controle sobre o território através de distintos ardis jurídicos e o Marrocos mantinha suas intenções de integrar a região ao seu território.

⁶ RUIZ, 1995, p. 45.

Em 1965, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu, mediante a resolução 2072, que a reivindicação saarai tinha bases legítimas para exercer seu direito à descolonização e instou a Espanha a negociar. Em 1969, uma nova resolução, a 2229, foi emitida, promovendo a realização de um referendo para que os saarauis decidissem sua situação política, ao que a Espanha se opôs.

Após a pressão reiterada da ONU, o governo espanhol mudou sua política em relação ao Saara e criou a Assembleia Geral do Saara (AGS), um órgão político conformado por líderes saarauis favoráveis à Espanha, instituído com o intuito de simular avanços no processo de autonomia saarai. No entanto, nada distava mais das verdadeiras intenções do governo espanhol, uma vez que a exploração de fosfato de rocha estava em seu auge e se havia investido grandes quantias em equipamentos da indústria mineradora, entre os quais figurava uma enorme esteira transportadora de 62 milhas de comprimento.⁷ Também a exploração dos ricos bancos de pesca da faixa atlântica aumentava, de modo que nesse momento não era conveniente para a Espanha, nem econômica nem geopoliticamente, ceder o controle sobre a região.

Até fins da década de 1960, conformou-se um movimento de resistência liderado por Mohamed Sidi Brahim Basir, o Movimento de Libertação do Saara (MLS), que em meados de 1970 protagonizou uma manifestação pública contra a anexação do Saara como província espanhola. A Legião Espanhola reprimiu duramente a manifestação, causando a morte de várias pessoas. Posteriormente, Mohamed Sidi foi capturado e nunca mais se soube dele, tornando-se o primeiro desaparecido político saarai. Essa ação foi o detonador de uma série de acordos entre os líderes tribais para gerar uma identidade nacional que permitisse articular a resistência.⁸

Em 1973 surgiu a Frente Polisário, corpo que aglutinava os nacionalistas saarauis e tinha apoio genuíno dos líderes tribais de diferentes regiões. A partir dela, pretendia-se dar unidade às diferentes forças rebeldes; em sua primeira assembleia é decidido buscar a libertação por via das armas.

1.3 A Mancha Verde e a ocupação

Em 1974, o rei Hassan II, do Marrocos, reage a uma série de ameaças que sofrera erigindo-se como o reunificador do “Grande Marrocos”; em

7 JENSEN, 2005, p. 29.

8 Cf. Barona (2004).

razão disso, promulga uma guerra santa com o intuito de recuperar o Saara marroquino.⁹

O apoio à Frente Polisário se estendeu rapidamente, razão pela qual, em 1975, a Espanha promoveu a fundação de um partido político, o Partido da União Nacional Saaraui (PUNS), com o qual pretendia desviar o favorecimento popular à Polisário. Iniciou também um processo de autonomia interna, que tinha como intuito afrouxar a pressão internacional e assegurar uma transição parcial que lhe fosse favorável, permitindo ainda negociar com o Marrocos e seu intento de anexação, em razão do que realizou um censo da população e anunciou ao secretário geral da ONU que finalmente levaria a cabo o referendo. Também em 1975, as Nações Unidas conseguiram realizar a primeira missão de pesquisa na região, em que ficaram patentes as demonstrações de apoio popular à Frente Polisário.¹⁰ Ao mesmo tempo, o Marrocos apresentou, junto à Mauritânia, uma solicitação de Opinião Consultiva à Corte Internacional de Justiça (CIJ) a respeito de seu direito legítimo sobre os territórios saarauis, fundamentado em elementos históricos e vínculos jurídicos com líderes tribais da região. Em outubro do mesmo ano, a corte concluiu que não encontrava elementos para modificar suas resoluções prévias a respeito do direito de autodeterminação e descolonização da população do Saara Ocidental. Apesar dessa opinião, Hassan II iniciou a chamada “Marcha Verde”, projeto que mobilizaria milhares de marroquinos para ocupar o território saaraui, deslocando os resistentes com o pretexto de expulsar de seu legítimo território os colonialistas infiéis. Tal estratégia contou com o apoio popular dos marroquinos, que viam essa cruzada como uma reafirmação do poder e da independência do recentemente descolonizado reino o Marrocos, razão pela qual aproximadamente 350 mil civis se alistaram em Tarfaya para ocupar o território saaraui, acompanhados de 61 mil efetivos da Real Forças Armadas do Marrocos (RFA).¹¹

A Espanha contava com o potencial militar para defender o território, contudo, justamente nesse momento, o General Francisco Franco – que havia projetado se dirigir ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para transferir o poder à Frente Polisário – caiu em coma, paralisando as possíveis negociações em favor dos saarauis. A Espanha negociou então que a Marcha Verde fosse adiada e tentou pressionar para que o Conselho de Segurança conseguisse a desistência do rei Hassan II, mas ele havia afiançado o apoio da França e dos Estados Unidos, que consideravam a ocupação do território pelo Marrocos favorável a seus interesses. Assim, em 6 de novembro de 1975, Hassan II deu ordem

9 JENSEN, 2004, p. 29.

10 JENSEN, 2004, p. 30.

11 JENSEN, 2004, p. 31.

para o deslocamento. Em 14 de novembro do mesmo ano, os chamados acordos de Madri, pactuados em segredo, marcaram a cessão feita pela Espanha ao reino do Marrocos e à Mauritânia dos territórios do Saara Ocidental, dos quais se retiraria em fevereiro de 1976. O avanço das tropas marroquinas pelo território saarai provocou a fuga da população para o leste, no intento de se refugiar próxima à fronteira com a Argélia. Os refugiados foram perseguidos e se abriu fogo contra os civis, os informes e testemunhos das vítimas falam repetidamente do uso de napalm. O informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR HCR/155/42/76) a esse respeito assinala que, nesse primeiro momento, chegaram às fronteiras argelinas cerca de 50 mil refugiados.

Por sua vez, a ONU declarou inválidos os acordos de Madri e assinalou que se deveria prosseguir com o referendo e o processo de descolonização com o qual haviam anteriormente se comprometido os países envolvidos, mas Marrocos e Mauritânia prosseguiram com o plano de cessão acordado em segredo com a Espanha. A nação europeia tratou de retirar prontamente os cidadãos espanhóis, seus bens e todas a infraestrutura possível, e em 26 de fevereiro de 1976 desalojou definitivamente o território do Saara Ocidental. Enquanto isso, a Frente Polisário celebrou várias reuniões e erigiu um Conselho Nacional Provisório Saarai, que em 27 de fevereiro declarou a independência e o nascimento da República Árabe do Saara Democrático (RASD).

1.4 A guerra e o conflito internacional

Após os primeiros avanços da Marcha Verde, iniciou-se um período de guerra em que as forças do Saara Ocidental lutaram com as forças marroquinas e mauritanas, enquanto os civis saarauis, sobretudo as mulheres, as crianças e os idosos, se instalaram nos que até hoje são conhecidos como campos de refugiados, cedidos pela Argélia em seu território, perto da cidade de Tindouf.

Em 1979, a Organização da Unidade Africana (OUA) reconheceu a independência do Saara Ocidental, assim como a VI Cúpula dos Países Não Alinhados, reunida em Havana.¹² Ambas as organizações consideraram a invasão ilegítima e reconheceram a Frente Polisário como o único representante dos saarauis. No contexto da guerra fria, o reconhecimento contribuiu para pressionar a comunidade internacional, uma vez que foi fundamental em termos de alinhamentos geopolíticos.

12 CALLAU, 2004, p. 126.

Assim, na Assembleia Geral da ONU realizada em 1979, os países membros decidiram exigir a retirada imediata dos exércitos invasores do território saarai, bem como a abertura de negociações diretas entre as partes. Enquanto isso, no mesmo ano, o conhecimento do deserto e a motivação das tropas do Saara resultaram na retirada da Mauritânia e recuperação de parte do seu espaço geográfico, mas não das cidades nem da faixa costeira, que permaneceu em posse do Marrocos. Em 1980, pressionado pela ferocidade da Frente Polisário, o reino iniciou a construção de um imenso muro conhecido como “muro da vergonha”.

Perante a ameaça de perder o território, o Marrocos solicitou ajuda aos Estados Unidos, que se apressaram em concedê-la devido aos interesses econômicos e geopolíticos que tinham na região. Em razão disso, Hassan II recebeu do governo de Ronald Reagan cerca de 100 milhões de dólares em 1982, o que foi publicamente denunciado por seus adversários políticos no Congresso estadunidense.¹³

Com a ajuda econômica e, sobretudo, técnica do seu parceiro, o Marrocos deu continuidade à construção do muro. São 2.500 km de comprimento, com 3 metros de altura, detectores de movimento e radares; além disso, suas imediações estão repletas de minas antipessoais por um raio de 400 metros. Segundo o pesquisador Tomàs Callau, em 2004, o custo diário de manutenção do referido muro chegou a 4 milhões de dólares, valor pago com a ajuda dos Estados Unidos, França, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, requerendo ainda na tarefa de vigilância 90% do efetivo das tropas do exército marroquino.

É apenas a partir de 1986 que a ONU dedica maiores esforços para alcançar a paz na região. Depois de várias incursões, convites para diálogo acertados, rascunhos e notas estabelecidas por ambas as partes, em 1991, Javier Pérez de Cuéllar, então Secretário-Geral, estabeleceu um Plano de Paz cujo objetivo era o cessar-fogo e o início das negociações, baseado na realização de um referendo em que os habitantes do Saara Ocidental determinariam se as suas intenções eram a integração com Marrocos ou o reconhecimento da RASD. Em 19 de abril desse mesmo ano, foi aprovada pela Assembleia Geral a criação da MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental.

Embora a ideia de um referendo para resolver a questão possa parecer desconcertante, pois é evidente qual seria a resposta dos saarauis, nessa discussão reside precisamente o que ainda é motivo de desacordo: Quem teria direito a voto? Quem são saarauis? Do ponto de vista da Frente Polisário, só poderiam votar aquelas pessoas reconhecidas no recenseamento feito pela Espanha no então Saara Espanhol, além

13 CALLAU, 2004, p. 130.

dos seus descendentes diretos, maiores de 18 anos, tanto no território libertado quanto no território ocupado. O resultado, obviamente, seria o triunfo da opção por uma RASD independente. No entanto, do ponto de vista marroquino, teriam direito a voto todos que vivem nos territórios ocupados. A lista alargada de eleitores incluiria, portanto, os frutos da marcha verde e da imigração marroquina para o território saarauí, o que obviamente faria pender a balança a favor da integração. Outra questão importante é que o Marrocos considera que tem o direito de continuar a ocupação militar e a exploração do território enquanto a questão não for resolvida, apesar das indicações em contrário do Tribunal Internacional. Por outro lado, a retirada dos exércitos marroquinos tem sido uma das condições frequentemente estabelecidas pela Frente Polisário para prosseguir as negociações.

1.5 O cessar fogo, as negociações e a contensão

Devido a essa controvérsia, embora o cessar-fogo tenha sido alcançado em setembro de 1991, não foi possível realizar um referendo. Todas as tentativas de realizá-lo desde então falharam, apesar de terem sido feitos ao longo desses anos vários esforços de negociação e implementação de propostas metodológicas para definir os critérios que concederiam o direito de voto a uma população determinada. Entre essas tentativas e acordos estão os Acordos de Houston, assinados em 1998 com a mediação de James Baker, então chefe da MINURSO. No ano 2000, Baker apresentou o censo estabelecido com a metodologia a princípio acordada, mas o Marrocos se opôs, alegando não levar em conta a participação de milhares de pessoas que considerava terem legítimo direito de voto. A ONU decidiu que não seriam aplicados mecanismos coercitivos para forçar a anuência do Marrocos e assim as negociações prosseguiram até a apresentação do chamado “Plano Baker I”, em 2001, que foi rejeitado pelo Saara Ocidental e pelo Conselho de Segurança por implicar que o Saara formaria algo como um território autônomo do Marrocos.

Depois de uma longa série de discussões na ONU, em que figuravam propostas para dividir o território, chegou-se a um plano misto apresentado em 2003, conhecido como “Baker II”. Ao ser discutido no Conselho de Segurança, apresentou-se a dificuldade ao dotá-lo de força coercitiva, uma vez que permanecia sendo um procedimento de “bons ofícios”.¹⁴ A Frente Polisário rejeitou-o a princípio, mas retificou a posição em julho do mesmo ano. O plano implicava um período de transição de 4 anos, durante os quais o território seria administrado

14 JENSEN, 2006, pp. 129-130. No ordenamento jurídico internacional, “bons ofícios” são um dos meios de solução pacífica de uma controvérsia [N.T.].

pelo Marrocos até a realização do referendo. O Marrocos concordou, mas tentou condicionar o referendo, o que Baker recusou. A resposta do Marrocos ficou então pendente, com o acordo claro dos EUA e da França de que vetariam qualquer resolução do Conselho de Segurança com a qual se pretendesse obrigar as partes a aceitarem os termos sem acordo. Assim, o mandato da MINURSO foi prorrogado até 2004 em busca de uma solução, e depois continuou sendo prorrogado sucessivamente. Em 2007 e 2008, foram realizadas várias rodadas de negociações com base na Resolução 1754 da ONU, nas quais as partes foram instadas a prosseguir com o processo, sem que houvesse avanços reais.

Até o momento, o processo permanece congelado, embora tenham ocorrido várias aproximações e conversas patrocinadas pela Resolução 1871 da ONU, mediadas por Christopher Ross, enviado pessoal do Secretário-Geral, que conseguiu realizar diversas reuniões informais ao longo de 2010.

No entanto, não se prevê que haja uma solução para o conflito enquanto o Conselho de Segurança não tornar o acordo obrigatório e coercitivo, uma vez que o problema subjacente resulta de duas posições inamovíveis: o Marrocos continua a ignorar a identidade saarauí, e tenta abordar o problema a partir de uma perspectiva meramente territorial, em razão do que não se aplicaria o direito à autodeterminação de um povo; enquanto isso, a Frente Polisário e os habitantes do Saara Ocidental estão longe de se considerarem marroquinos dissidentes, defendendo, pelo contrário, a sua própria identidade, vinculada ao seu próprio território e, portanto, defendem seu direito à autodeterminação. Por sua vez, a comunidade internacional reconhece fragmentariamente a razão saarauí e, embora os tribunais de direito internacional tenham reiteradamente indicado que a ocupação marroquina do território é injustificada e ilegal, as razões econômicas e políticas subjacentes – com interesses tão poderosos como os da França e dos EUA – impediram que o processo fosse resolvido de modo mais enérgico.

Como assinala Erik Jensen, que foi enviado especial da MINURSO, a situação encontra-se atualmente num impasse, algo que, no entanto, só aumenta a pressão sobre o povo saarauí, cuja situação se torna cada vez mais premente com o passar do tempo. Afinal, a vida nos campos de refugiados, nas duras condições do deserto mais inóspito do mundo, não pode ser mantida indefinidamente e, apesar do grande trabalho de organização, a ajuda internacional diminui gradualmente, tornando a existência cotidiana cada vez mais precária.

Por outro lado, nos territórios ocupados, a vontade marroquina de subjugar a população saarauí tem incorrido em terríveis violações dos Direitos Humanos, entre as quais o desaparecimento forçado de

pessoas, a recusa de acesso à justiça, a tortura e outras ações que têm sido repetidamente denunciadas tanto pelos próprios saarauis quanto observadores internacionais e organizações de prestígio, como Anistia Internacional e Human Rights Watch.

Exemplar, nesse sentido, foi o desmantelamento violento dos acampamentos de protesto de Gdeim Izik, erguidos por cidadãos saarauis para protestar contra as duras condições de vida a que são submetidos nos territórios ocupados próximos da cidade de El Aiune. O ataque da polícia marroquina, ocorrido em 8 de Novembro de 2010, deixou um saldo de vários mortos (difíceis de contabilizar), centenas de presos e desaparecidos. Também aumentou drasticamente a pressão no interior do Saara e revelou quão difícil é alcançar a solução política pretendida com apoio da comunidade internacional, uma vez que o Conselho de Segurança, reunido em 16 de novembro de 2010 em razão dos acontecimentos, não pôde condená-los nem obrigar o Marrocos a admitir uma comissão de observadores internacionais, pois a França voltou a exercer o seu direito de veto a essas resoluções.

Apesar do cerco de informação que se mantém, a opinião pública internacional tem podido inteirar-se do clima tenso e da vida desprovida de direitos civis e políticos levada pelos saarauis nas áreas ocupadas.

CAPÍTULO 2

MULHERES SAARAUIS, SEMPRE MUITO LIVRES¹⁵

Devido à natureza nômade das antigas cabilas (tribos, da perspectiva da antropologia ocidental) saarauis, a tradição oral foi mais preponderante do que a tradição escrita. Por isso, é difícil encontrar documentos que deem conta de usos e costumes culturais dos tempos remotos e por meio dos quais seja possível interpretar o papel histórico da mulher, com exceção de algumas referências literárias coletadas por outros povos.

No entanto, graças ao trabalho de algumas investigações realizadas já no século XX, é possível recuperar parte dessa história, pois a organização social dos grupos nômades do Saara mudou muito pouco até ao efetivo assentamento colonial espanhol, que ocorreu por volta de 1930. Ainda assim, embora a vida tenha mudado para quem se estabeleceu sedentariamente, aqueles que continuaram a se deslocar pelo vasto território da Bedia (pastagens sazonais) seguindo os rebanhos e as rotas comerciais, mantiveram muitos de seus usos e costumes vivos.

O momento de maior transformação para toda a sociedade saarai foi o de surgimento da consciência nacionalista, resultante da resistência à colonização espanhola e, posteriormente, à invasão marroquina, com a guerra e a nova ordem de coisas, conforme descrito no capítulo anterior. O extenso trabalho realizado pelo antropólogo Julio Caro Baroja, *Estudios Saharianos*, publicado pela primeira vez em 1955, é uma fonte inestimável informação a esse respeito. Ele realiza um estudo etnográfico minucioso e altamente sensível em sua compreensão das diferenças culturais, motivo pelo qual o tomarei como base, fazendo interpretações com perspectiva de gênero dos dados que oferece.

Além disso, os trabalhos posteriores de Perregaux (1993), Juliano (1998) e Caratini (2006) reúnem usos e costumes ancestrais, recuperam detalhadamente a memória daquelas mulheres mais velhas encontradas pelas autoras ao longo de suas investigações e a experiência das que viveram a resistência, a fuga e a vida nos primeiros anos de exílio nos campos de refugiados. Outras fontes úteis foram fornecidas pela Organização Nacional das Mulheres Saarauis, que elaborou documentos

¹⁵ O título do capítulo faz referência ao livro de Dolores Juliano (1998) citado na bibliografia.

nos quais são recuperados vários aspectos tradicionais da feminilidade e do papel histórico das mulheres.

Este capítulo tratará do papel histórico das mulheres antes da organização da resistência à Colônia. Recorrerei a uma subdivisão temática para ordenar os aspectos tratados pelas autoras e pelo autor que cito. A fim de compreender como se deu a evolução dessas mulheres até os dias de hoje, buscarei mostrar um panorama suficientemente amplo da tradição das antigas cabilas do deserto. Convém assinalar, por um lado, que apesar de me basear em fontes documentais, não tenho a pretensão de realizar um estudo sob estrita metodologia historiográfica. Por outro lado, há contradições entre os diferentes materiais analisados que podem ser atribuídas à diversidade de atores e práticas observadas pelas antropólogas ou às suas diferentes perspectivas teóricas, por esse motivo, as informações aqui apresentadas foram confrontadas entre si e cotejadas com documentos da própria Organização Nacional de Mulheres Saarauis e da RASD, que são evidentemente atores envolvidos; em caso de dúvida ou persistência da contraditoriedade, fiz os apontamentos que considere pertinentes.

2.1 A capacidade de gestão, o controle e a tomada de decisões

Na sociedade saarai tradicional sempre existiu uma complicada estratificação social baseada no estabelecimento de hierarquias relacionadas com a ordem tribal e arranjos econômicos e políticos. Internamente a cada cabila (o que no ocidente entende-se como tribo) havia também uma estratificação baseada principalmente na superioridade dos mais velhos sobre os mais novos, na qual as mulheres constituíam uma categoria inferior aos homens, e os negros eram inferiores aos árabes, sendo muitas vezes escravizados adquiridos através de traficantes subsaarianos. Embora na organização social do antigo Saara homens e mulheres não estivessem no mesmo nível hierárquico, isso não significa que as mulheres, em geral, sempre tinham um status inferior a qualquer homem. Este era definido por muitos fatores além do sexo da pessoa, como sua idade e posição na família.¹⁶ As avós, as tias mais velhas e a mãe sempre tiveram poder dentro da família, em particular, e as mulheres mais velhas, em geral, dentro da tribo.

Uma mitologia se espalhou em torno dos grupos subalternos, atribuindo a eles estratégias de resistência “astuciosas”, colocadas em prática para equilibrar sua inferioridade. Acusava-se as mulheres de feitiçaria, usada para dominar os homens, especialmente com poções do amor. Como referência, Julio Caro Baroja menciona como são comuns as piadas a

¹⁶ Cf. Caratini (2006).

esse respeito, assim como as histórias em que eventos dessa natureza são contados.¹⁷ Em relação aos negros, também havia muitas histórias em que eles eram acusados de trapanças ou ter poderes paranormais.

Para ilustrar isso, o autor conta-nos uma história em que uma mulher casada, “ama” de um escravizado negro, decide ir visitar sua família em outro *frig* (acampamento) e, para ajudá-la nos vários dias de viagem, leva o homem com ela. “O marido, confiante, concede-lhe a autorização necessária”.¹⁸ O cerne do conto é que durante a viagem o criado realiza vários truques para enganar sua ama e seduzi-la. O interesse que esse tipo de histórias antigas, que povoaram o imaginário popular, tem para nós é que analisadas de outro ponto de vista nos permitem apreciar a resistência e as liberdades das mulheres, pois, nesse caso, uma mulher casada pode decidir deixar seu acampamento temporariamente para visitar familiares, e além disso, fazer a viagem acompanhada por um homem encarregado como seu subordinado; seu marido autoriza o arranjo, e tal autorização era necessária, contudo, para além disso, não parece haver indicação na história de que tal coisa fosse incomum.

Sobre a liberdade de movimento das mulheres no Saara antigo, em outros textos também estão reunidas diversas histórias nas quais as mulheres abandonam seus maridos ou seu acampamento e voltam por conta própria para o *frig* de suas famílias, que invariavelmente as recebe de volta e se recusam a devolvê-las, a menos que assim o desejem.

Perregaux conta a lenda de Lehdia, que, cansada de sofrer maus-tratos, abandona o marido e volta para sua própria família. Ela não reata o casamento até que o marido mostre que mudou, oferecendo diversas provas demandadas por Lehdia. Novamente, é possível deduzir da lenda que o marido não tinha direito a priori sobre sua esposa, nem poderia reivindicá-la. Sua família a defenderia se necessário.¹⁹

Em suas pesquisas, Dolores Juliano encontrou textos como os do viajante Ibn Battuta, que percorreu a região “entre 1352 e 1353” e descreve a antiga população do sul do Saara como matrilinear e matrilocal.²⁰ A descrição refere-se especificamente à conduta dos massufis, habitantes de Ualata, região que o autor aponta como próxima ao Mali.²¹ Os massufis eram berberes almorávidas, grupo étnico ao qual pertenciam várias tribos que habitavam o atual território do Saara Ocidental.

17 CARO, 1990, p. 271.

18 CARO, 1990, p. 273.

19 PERREGAUX, 1993, p. 60.

20 JULIANO, 1998, p. 41.

21 BATTUTA, 1981, p. 776.

Juliano considera possível afirmar que todos os grupos nômades do sul do deserto praticaram essa forma de organização matrilinear e matriloal até aproximadamente o século XVI, quando sob o califado de El Hadj Mohamed, do Sudão, a transmissão do parentesco foi alterada para patriarcal, embora a matriloalidade tenha sido mantida.²²

O relato de Ibn Battuta é rico em detalhes sobre a liberdade das mulheres –considerada por ele demasiadamente escandalosa– para cultivar amizades masculinas fora de sua família, receber visitas de homens quando seus maridos não se encontram presentes, viajar sozinhas, não usar o véu e tratar os homens como iguais. Juliano reproduz em seu livro algumas passagens interessantes escritas por Battuta a esse respeito. Reproduzo outra bastante ilustrativa:

Um dia entrei na casa do cádi²³ de Ualata depois de ser autorizado por ele e o encontrei na companhia de uma mulher muito jovem e de esplêndida beleza. Ao vê-la, fiquei em dúvida e quis ir embora. Ela riu de mim sem que nenhum rubor a afetasse. O juiz me disse: “Por que você vai embora? Ela é minha amiga”.²⁴

Outras pistas que podem nos fornecer dados concernentes às mulheres que foram ancestrais dos atuais saarauis são os ofícios que praticavam, mencionados em escritos ou nas entrevistas realizadas com mulheres idosas. Embora fique claro que a principal função das mulheres era a criação dos filhos e o trabalho doméstico, deve-se destacar que nas sociedades pré-capitalistas, especialmente nas nômades, esse tipo de trabalho tinha um valor social muito distinto do que pode ter nas sociedades modernas, onde existe uma divisão clara entre o público e o privado.²⁵

No deserto do Saara, não havia mercados nem prédios públicos onde as atividades econômicas se desenvolvessem. Elas eram realizadas nas mesmas tendas em que se vivia e, portanto, embora os papéis sexuais fossem claros e as atividades produtivas diferenciadas, as mulheres não lhes eram estranhas nem o trabalho feminino era separado do trabalho produtivo dos homens, pois ambos eram elementos mutuamente essenciais para a sobrevivência do grupo. Nesse sentido, a mitologia popular e as lendas saarauis abundam em referências a mulheres que aconselham os seus maridos sobre o que devem fazer em relação a negócios ou assuntos políticos.

22 JULIANO, 1998, p. 42.

23 O termo designa um juiz muçulmano, incumbido de decidir segundo a Charia, o direito religioso islâmico [N.T.].

24 BATTUTA, 1981, p. 771.

25 GOLDSMITH, 2005, p. 129.

Em todo o caso, são várias as menções a profissões exercidas por mulheres para além das funções domésticas. Em suas entrevistas, Perregaux reuniu referências a exploradoras (*Bawah*), curandeiras (*Tebiba*), professoras corânicas (*Táleb*), poetisas e conselheiras civis e militares, cujos nomes se conservam na memória. Algumas delas inclusive figuram como assessoras de importantes chefes tribais.²⁶

2.2 Aspecto religioso

A conversão dos nômades do deserto ao islã, ocorrida por volta do século XIII (conforme tratado no primeiro capítulo), impôs normas de vida ditadas pelo Corão. Os habitantes do Saara Ocidental, contudo, não construíram grandes mesquitas nem incorporaram imames (ministros de culto que dirigem as orações). Existiam homens santos, considerados grandes filósofos religiosos, em torno dos quais se formavam confrarias que realizavam rituais próprios,²⁷ ainda que, em geral, o culto fosse levado a cabo de maneira individual, cumprindo obrigações entre as quais se encontra a oração, a caridade, o respeito ao Ramadã e a obediência das normas. De acordo com Caro Baroja, os saarauis manifestavam sua fé constantemente e eram muito rigorosos na realização das orações. Além disso, os ricos cumpriam estritamente a obrigação de caridade, embora os nômades do deserto não fossem tão rigorosos em outros aspectos, como a peregrinação a Meca ou o jejum, já que levavam uma vida em si muito sóbria.²⁸ A educação formal recebida por meninas e meninos nos *frig* era religiosa, e um menino não era considerado homem antes de seu primeiro Ramadã.

Em geral, pode-se afirmar que até os dias atuais essa forma de religiosidade é mantida sem grandes mudanças. Os saarauis cumprem suas obrigações de fé sem que uma estrutura religiosa o prescreva, pois a relação com Alá é considerada pessoal. A religião oficial do Estado é o islã, mas por preceito constitucional a forma de governo é democrática e a lei provém do parlamento, de modo que não se aplica a Charia, mas são leis civis que regem a vida de mulheres e homens.²⁹

2.3 Divisão do trabalho e acesso aos recursos

Todos os autores concordam que tradicionalmente os homens realizavam os trabalhos relacionados com a defesa dos *frigs* e a produção dos

26 PERREGAUX, 1993, pp. 81-83.

27 CARO, 1955, p. 290.

28 CARO, 1955, p. 102.

29 Cf. Constituição da RASD.

artigos que exigiam atividade fora do acampamento, como a pesca, o cuidado dos rebanhos, a escassa agricultura e o comércio. Eles também eram responsáveis pela execução dos serviços remunerados exigidos por outros e, portanto, administravam o dinheiro que porventura resultasse da produção desses bens e serviços (embora sempre em escala de economia de subsistência). As mulheres, por sua vez, eram encarregadas de transformar as matérias-primas em alimentos ou artigos de utilidade, administrando-os dentro de casa. Esse arranjo está longe do que significaria no contexto capitalista ocidental, pois, por um lado, não era comum que houvesse produção de excedentes acima do consumo doméstico e, portanto, também não era comum a acumulação generalizada de riqueza, o que poderia conferir aos homens uma posição significativamente superior à das mulheres, embora certamente tenha havido chefes tribais que conseguiram acumular riquezas consideráveis, medidas em cabeças de gado e no número de famílias (e servos) que estavam agrupadas em seu *frig*.

Em geral, nos pequenos grupos familiares, a produção era consumida, trocada ou vendida para adquirir outros itens necessários. Além disso, o segmento de trabalho realizado pelas mulheres lhes permitia tomar decisões importantes sobre o uso e destino dos alimentos e das coisas de que necessitavam.

Um exemplo interessante nesse sentido é a forma de comer, pois, como apontam estudos antropológicos, a alimentação diferenciada por sexo indica claramente uma valorização cultural quando um dos dois sexos tem acesso prioritário aos alimentos ou recebe alimentos de maior qualidade. Até hoje, no Saara, a comida é servida em grandes pratos coletivo em torno do qual se sentam os comensais –mulheres e homens ao mesmo tempo– que a pegam com as mãos, até ficarem satisfeitos. A única restrição a esse respeito, que permanece até hoje como um tabu social, é que as mulheres não comam do mesmo prato que seu sogro ou o tio mais velho do marido, nem podem coabitar numa *jaima* ao mesmo tempo. Algumas crônicas indicam que, quando havia muitos comensais, as mulheres comiam em prato feminino e os homens em prato masculino, e na presença de convidados estrangeiros, estes também comiam em prato separado, junto ao chefe da família ou de sua esposa, caso ele não estivesse presente.³⁰

Até relativamente pouco tempo atrás –e isso não mudou em nada– o ideal feminino de beleza e saúde estava associado à corpulência e, particularmente, às ancas largas, razão pela qual desde a puberdade as meninas tinham acesso a refeições extra, com alimentos especiais, ricos em cereais e manteiga, para que ganhassem peso. Alguns

30 Cf. Caro (1955).

antropólogos, no entanto, interpretem a prática como uma “arapuca” para as meninas, com o objetivo de torná-las mais atraentes para o matrimônio.³¹ Quando o fenômeno ocorre de maneira inversa em outras culturas, e os rapazes são sobrealimentados, isso é entendido como uma discriminação contra as meninas. No contexto nômade do Saara, em que a quantidade de alimentos era restrita e as mulheres tinham muitos filhos, a prática deveria ser interpretada tendo em conta que um maior acesso à alimentação contribuía para aumentar as chances de sobrevivência nessas condições, e assim indica uma maior valorização social do papel da reprodução. Interpretar esse costume desde o ponto de vista ocidental moderno, sob os parâmetros atuais em que o papel reprodutivo da mulher e o controle do corpo têm outras implicações, seria inadequado.

2.4 A jaima, propriedade das mulheres

Tradicionalmente, a habitação no deserto é a *jaima*. Uma *jaima* é uma tenda que serve como quarto à noite e, durante o dia, é uma sala multiuso. As *jaimas* são dimensionadas para acomodar confortavelmente toda a família e alguns convidados, caso seja necessário, além dos objetos que devem ser guardados das intempéries. Atualmente, as *jaimas* são grandes tendas de lona verde, doadas aos habitantes dos campos de refugiados pela ajuda internacional, mas na sua forma tradicional, as tendas têm um telhado feito com longas faixas tecidas com lã de cabra ou de camelo e costuradas entre si, formando um grande retângulo elevado por um sistema de tábuas, forquilha, estacas e cordas, que funcionam como suportes, e outra faixa de tecido de lã que serve de parede externa. No teto, são pendurados tecidos de algodão que funcionam como paredes internas ou, quando necessário, como subdivisões. Sobre a areia, como um piso, a depender dos recursos de cada família, eram colocados elegantes tapetes de lã trazidos de locais remotos ou esteiras de palmeira e outras fibras vegetais, trançadas localmente.

A confecção, montagem e manutenção das *jaimas* era atividade exclusiva das mulheres. Quando uma menina se aproximava da idade de casar, ela começava a tecer sua própria *jaima* com a ajuda de outras parentes ou amigas, configurando um trabalho coletivo e solidário –que perdura até os dias de hoje– chamado *Tuisa*.³² A lã era primeiramente limpa, penteada com escovas de metal, fiada com fuso manual e, então, tecida em um tear. Quando as faixas ficavam prontas, elas eram costuradas juntas. Tecer uma *jaima* inteira e construir os demais elementos necessários

31 CARATINI, 2006, p. 6.

32 PERREGAUX, 1993, p. 80.

à sua montagem exige muita dedicação e um tempo considerável. No entanto, uma vez pronta, a *jaima* seria propriedade da mulher e seu patrimônio por toda a vida. Caso ela se divorciasse ou ficasse viúva, sua *jaima* não lhe seria alienada em nenhuma circunstância e, junto com os pertences de sua casa, a acompanharia em todos os lugares. Os homens não têm o direito de reivindicar uma *jaima* para si, nem tampouco nada que ela contenha. Um homem divorciado deveria voltar para a *jaima* de sua mãe ou de seus parentes.

2.5 Organização familiar, matrimônio e divórcio

A entrada de uma jovem na idade adulta era marcada pelo casamento. Os casamentos saarauis eram celebrados quando as mulheres ainda eram muito jovens, sendo os homens mais velhos que elas, ainda que igualmente jovens. A união era arranjada pelos pais –tanto da noiva quanto do noivo– e envolvia uma negociação complexa em que as famílias assumiriam compromissos mútuos. Em geral, não se levava em conta a opinião dos noivos, embora Dolores Juliano aponte que “a conformidade da noiva era um elemento a ser considerado”.³³ Outras fontes apontam que essa conformidade não era necessária até meados dos anos setenta, quando começa a luta pela independência.

Entendiase o matrimônio antes como uma aliança política do que uma questão sentimental. Se o casal tivesse sorte, eles se entenderiam bem, eventualmente se apaixonariam e o casamento duraria para a vida toda. Há muitas canções populares que contam histórias de amor com grande paixão, surgidas após um casamento arranjado. Se não desse certo, os cônjuges –marido ou mulher– poderiam invocar alguns dos requisitos do divórcio e dissolver a união, embora esse direito fosse preferencialmente concedido aos homens.

Em caso de divórcio, os filhos comuns que já tivessem idade para receber educação religiosa deveriam ir viver com a família do pai (porque a educação religiosa sempre foi uma obrigação paterna), enquanto as mulheres com filhos pequenos voltariam para a própria família até se casarem novamente, o que era muito comum porque na cultura saarai uma mulher divorciada não perde o seu valor social nem é considerada menos desejável. No caso de um segundo casamento, a liberdade de escolha do casal era muito maior e, embora o consentimento dos pais ainda fosse exigido, tinha um sentido muito mais simbólico.

As primeiras núpcias realizaram-se no quadro de uma série de rituais e trocas econômicas que começaram algum tempo antes, com as

³³ JULIANO, 1998, p. 57.

negociações iniciais entre as famílias, e terminaram com a celebração do casamento propriamente dito. As festas duravam sete dias, com diversos momentos e jogos de encenação, como esconder a noiva em algum lugar do acampamento para que o noivo fizesse uma busca.

A troca de presentes e bens que ocorria entre as famílias era extremamente complexa. O preço do dote era acertado nas duas primeiras reuniões que o pai da noiva fazia com a família do noivo. No início, o pedido de dote costumava ser exorbitante, pois era solicitado com base no apreço do pai pela filha, mas na realidade nunca era atendido integralmente e uma parte era devolvida como cortesia. Além disso, metade do dote finalmente acordado estava reservada para ser concedida apenas em caso de divórcio por iniciativa do noivo. Parte do dote ficava com família da noiva, mas outra parte, o *mahr*, era destinado à vida doméstica e uso particular da noiva, e consistia em todo tipo de utensílios domésticos, alimentos, perfumes, cosméticos, tecidos, e se os tivessem, também escravos.

Durante o primeiro ano de casamento, os novos casais moravam em sua *jaima* no acampamento da família da noiva, até que tivessem o primeiro filho.³⁴ Depois, o costume era passar para o acampamento da família do noivo, mas havia múltiplas exceções de acordo com necessidades específicas.

No caso de um segundo casamento, o ritual era bastante simplificado, com a cerimônia reduzida a uma celebração muito mais privada de um a três dias, sem que houvesse a mesma troca complexa de bens, embora a sua validade fosse plena e valessem os mesmos direitos e deveres que regiam o primeiro casamento.

Segundo Caro Baroja e confirmado pelos censos de 1974, nas cabilas nômades do deserto saarauí havia menos mulheres adultas do que homens. O infanticídio ou práticas discriminatórias em matéria de saúde e nutrição foram descartados como causas dessa disparidade, embora faltem estudos históricos sobre a morbidade nos casos de doenças específicas e as taxas de mortalidade infantil. Juliano argumenta que essa é uma das razões pelas quais a poligamia era muito rara no Saara, aumentando além disso o valor social das mulheres.³⁵

Se o divórcio não era generalizado, também não era incomum. Embora no mundo islâmico um homem não necessite cumprir muitos trâmites para repudiar a sua esposa, entre os saarauis a exigência de um pagamento considerável (a segunda parte do dote) impedia-os de tomar essa decisão inadvertidamente. Por outro lado, se fossem as mulheres que decidissem

³⁴ JULIANO, 1998, p. 63.

³⁵ JULIANO, 1998, p. 68.

pedir o divórcio, poderiam dispensar o homem do pagamento dessa segunda parte, e até renunciar sob a condição de que o marido não voltasse a casar antes dela, como forma de creditá-las publicamente de que não foi por defeitos de caráter que provocaram o divórcio. Contudo, depois de divorciadas, as mulheres não podiam voltar a casar durante o tempo suficiente para verificar que não estavam grávidas do marido anterior, uma vez que a confusão sobre a paternidade de um filho implicaria terríveis complicações sociais.

Há contradições nos materiais pesquisados quanto à facilidade ou dificuldade de obtenção do divórcio quando as solicitantes eram as mulheres, mas é provável que a cláusula referente à entrega da segunda parte do dote, negociada direta e exclusivamente pela mulher casada, fosse um dispositivo para facilitar as coisas para ela no caso de querer o divórcio. As evidências também indicam que, em caso de abuso, as mulheres contavam com o apoio da família.

Não há clareza sobre o momento histórico em que esses festejos começaram, mas existe um ritual, a “festa do divórcio”, na qual as mulheres, após formalizar a separação, celebram com amigos e familiares, convidando também os homens solteiros, possíveis novos pretendentes. Essa festa é celebrada para anunciar que a mulher é livre, e mostra publicamente a sua boa disposição de caráter e alegria.

Para batizar um filho ou uma filha, é celebrado sete dias após seu nascimento um festival chamado *akika*. As mulheres de ambas as famílias se reúnem na jaima junto com a mãe, o pai e o bebê. A mãe vira as costas e são selecionadas sete varinhas de madeira, cada uma com um nome atribuído. A mãe faz uma série de seleções que refinam os nomes até finalmente escolher aquele que será o nome da menina ou do menino. Esse ritual pode ser suprimido se uma mulher da família sonhar com o nome da menina ou do menino antes de seu nascimento, ou se, sendo o primogênito, o bebê receber o nome em homenagem a alguém da família paterna, que costuma estar distante. Hoje em dia é comum que os primogênitos recebam o nome de um mártir próximo à família.

No Saara, é realizada a festa da circuncisão dos meninos, uma celebração pública que antes durava sete dias, mas agora, sob as restrições da vida nos campos, também foi reduzida. De acordo com Caratini, também as meninas na região do Saara e na Mauritânia eram submetidas à excisão até meados do período colonial, mas esses dados não foram confirmados por outras fontes, nem encontrei registro da sua prática ou de cerimônias a ela relacionadas. Certamente hoje a mutilação genital feminina é absolutamente proibida no Saara Ocidental.

2.6 Outros aspectos culturais

Entre outros usos e costumes saarauis diferenciados por sexo estão alguns como as vestimentas, usadas até hoje, principalmente em ocasiões festivas ou formais. No cotidiano, o vestuário foi transformado, como será descrito no próximo capítulo. Os homens usavam o *daraá*, vestimenta azul clara ou branca com bordado ocre, feita de tecido sem costura fechado nas laterais. Por baixo, usa-se um short largo amarrado na cintura, semelhante ao usado em muitas culturas do norte da África. Na cabeça usase o turbante ou *litam*, geralmente preto ou azul muito escuro, feito com mais de três metros de tecido, usado de diversas maneiras e com o qual muitas vezes o rosto é coberto completamente, com exceção dos olhos. As mulheres, por sua vez, usavam uma peça semelhante ao *daraá* sobre a qual colocaram o *melhfa*, um pedaço de tecido de algodão leve com mais de quatro metros de comprimento por um metro e meio de largura que é enrolado no corpo, cobrindo também a cabeça, sempre tingido de um pigmento de cor azul escura chamado *nihla*, que desbotava na pele, tornando-a azulada. Em ocasiões festivas, a *melhfa* era substituída por duas saias brancas muito esvoaçantes e pelo *izar*, uma espécie de *melhfa*, também de tecido azul muito escuro, mas menor, usado para cobrir o tronco e parte da cabeça. Para essas ocasiões cerimoniais, as mulheres maquiavam o rosto com pó branco, realçavam os olhos com *al-quihla* –um pigmento cosmético preto– e pintavam os lábios de cor escura. O cabelo era trançado em múltiplas tranças, formando um penteado complexo que começava pela testa e caía sobre os ombros. Grossas pulseiras de prata eram colocadas em seus tornozelos. Também para as festividades, a pele das mãos e dos pés era decorada com detalhados desenhos de *henna*, uma tintura vegetal que permanece na pele por vários dias.

A sela do camelo também era diferente dependendo do sexo da pessoa que o montava. A sela masculina é uma estrutura simples chamada *Er-rahala*, que fica em frente à corcunda do animal, mas o *Ameshkeb* feminino é uma plataforma engenhosa com bolsas de couro nas laterais, permitindo que um adulto e dois filhos pequenos sentem, além de levar a bagagem, e que pode ainda ser usado em terra como mesa.

Havia também atividades diferenciadas por sexo, como alguns jogos de tabuleiro que eram exclusivos para homens, enquanto outros eram jogados exclusivamente pelas mulheres; além de algumas danças, estilos de recitar, compor poesias e cantar. Exemplo disso são as *Tebraa*, canções de amor ou tristeza entoadas pelas mulheres solitárias.

Um dos signos culturais exclusivamente femininos é o chamado “yu-yú”, *esgarit* ou *zagharit*, que é a emissão de um som ululante muito particular

que serve para expressar concordância, felicidade ou entusiasmo. Ele é sempre feito coletivamente, combinando um grito agudo com movimentos laterais rápidos da língua.

CAPÍTULO 3

MULHERES SAARAUIS: RESISTÊNCIA E REVOLUÇÃO

3.1 Identidade e resistência contra a colonização

Todos os autores aqui consultados concordam que as mulheres saarauis sofreram um retrocesso considerável em seu status social e em suas liberdades durante o período da colonização espanhola, sobretudo aquelas pertencentes às famílias que se tornaram sedentárias, passando assim a ter contato cotidiano com os estrangeiros. O fato de terem domicílio fixo transformava as condições em que as mulheres desenvolviam a sua contribuição social, confinando-as ao espaço doméstico dentro dos muros. Desse modo, relatam elas:

[...] foi necessária a colonização e a sedentarização forçada nas cidades para nos enclausurar, contra a nossa vontade, em casas que se tornam verdadeiras prisões. De repente, dependíamos dos salários miseráveis pagos aos nossos pais ou aos nossos maridos pelas empresas de exploração de fosfato de Bu Craa ou pela construção civil.³⁶

Além disso, os diferentes costumes e normas da sociedade espanhola exigiam que as mulheres desempenhassem um papel diferente do que tradicionalmente cumpriam na cultura saarai. Nas suas relações com os colonizadores, descobriram que as mulheres não podiam interagir com os homens espanhóis do mesmo modo como interagem com os homens saarauis. No entanto, a independência das saarauis e a sua capacidade de ação e gestão não desapareceram, pois assim que chegou o momento da rebelião as mulheres foram um dos primeiros coletivos sociais, ao lado da juventude, a participar de forma organizada no movimento de libertação.

Nos primeiros anos da década de 1970, os saarauis deram início à organização e à resistência. Nesse mesmo momento, também começou o processo de refundação da organização social gerontocrática³⁷ e tribal, com o objetivo de produzir uma consciência como povo dentro de uma estrutura socialista e democrática, na qual todas as pessoas fossem iguais. Isso é importante na medida em que houve árduas negociações a fim de reformular as lealdades tribais, o poder dos patriarcas e, de

36 PERREGAUX, 1993, p. 58.

37 Trata-se de uma sociedade na qual é reconhecida a autoridade dos anciãos [N.T.].

modo geral, democratizar as relações de poder, incluídas aí as relações de gênero e geracionais³⁸ que afetavam a construção de um novo projeto nacional.

Em 1974, foi criada a União Nacional das Mulheres Saarauis (UNMS) com o intuito de realizar um trabalho político entre as mulheres e difundir a resistência. Em pouco tempo, a organização assumiu um papel protagonista na revolução, formando comitês para planejar ações, escrever e imprimir panfletos, gerir redes de informação e fazendo um trabalho revolucionário de linha de frente. A criação tão precoce de uma organização dessa natureza indica a relevância das mulheres na vida política.

Em 12 de outubro de 1975, ocorreu um acordo histórico em que os jovens líderes da Frente Polisário e os velhos chefes das tribos decidiram desfazer as estruturas de poder derivadas do tribalismo e da gerontocracia. A escravidão foi abolida e especificou-se que mulheres e homens teriam os mesmos direitos, inclusive ao voto. Foram proibidas a mutilação genital feminina³⁹ e a prática de sobrealimentar as meninas. Em relação aos casamentos, a contribuição financeira paga pela família do noivo à família da noiva foi reduzida a partir de então ao preço simbólico de um dinar, e a aprovação expressa da noiva passou a ser necessária para consumar a união.

Esse novo pacto social lançou as bases para a consciência nacionalista saarauí, bem como para a identidade coletiva que se estabeleceu tanto com a preservação das tradições positivas como em função dos ventos de mudança que a liberdade e a revolução trouxeram consigo. As mulheres fizeram parte desse pacto e a partir desse momento também começou a ser forjada sua nova identidade. Primeiramente na luta revolucionária, e depois nos campos de refugiados, as mulheres começaram a integrar nacionalismo e feminino em uma identidade que seria reforçada ao longo do tempo, formando um vínculo indivisível. Fenômenos assim costumam ocorrer durante conflitos armados, quando as mulheres tiram partido da sua agência para integrar às reivindicações revolucionárias pautas feministas como estratégia de empoderamento.⁴⁰

3.2 Revolução e tradição

A maioria das autoras consultadas concordam em um aspecto fundamental: se as mulheres saarauis realizaram a tremenda façanha

38 CARATINI, 2006, p. 5.

39 CARATINI, 2006, p. 6.

40 Cf. West (1997).

de sobreviver e criar os “campos de refugiados mais bem organizados do mundo”,⁴¹ isso foi possível graças à sua singular capacidade de integrar duas visões de mundo na ação prática. Por um lado, conservaram a tradição nômade do deserto, baseada na grande praticidade, na solidariedade, na experiência acumulada e na força de vontade necessária para se adaptar às circunstâncias e tirar proveito do meio em que se encontram. Por outro lado, elas assumiram e aplicaram rapidamente as mudanças revolucionárias, o que lhes permitiu se educarem e realizar as transformações de costumes necessárias para superar as antigas hierarquias tribais.

A combinação entre a continuidade cultural e a adaptação a um novo contexto permitiu uma reinterpretação dos papéis de gênero, garantindo também a manutenção de tradições que reforçavam o estatuto feminino e/ou contribuíam para o sentimento de pertencimento cultural e nacionalismo de todos os saarauis. Assim, as mulheres emergiram, ao mesmo tempo, como mantenedoras da cultura e como líderes da revolução, lançando mão de uma estratégia afim às que podem ser observadas em casos de conflito semelhantes:

A preservação e reinvenção de tradições em períodos de maior pressão indicam que as prioridades dos refugiados transcendem a visão de curto prazo de “salvar uma vida”, dando maior importância a “salvar um estilo de vida”.⁴²

O período que abarca os primórdios da resistência à colonização e os anos de guerra até 1991, quando foi decretado o cessar-fogo, concentra os momentos de maiores conquistas para as mulheres saarauis. Elas estiveram presentes em todos os aspectos da vida pública, redefiniram o seu papel na sociedade, educaram-se e assumiram o controle sobre as suas vidas e os seus corpos dentro do quadro que as estruturas e as circunstâncias permitiam. É claro que este processo não ocorreu sem dificuldades, e certamente as histórias pessoais estão repletas de anedotas sobre as difíceis negociações que esse processo implicou, suas contradições, encontros e desencontros que ao longo dos anos ocorreram tanto nas relações entre as próprias mulheres quanto com seus familiares, vizinhos, a organização imediata, a UNMS e os próprios órgãos da Frente Polisário.

Um aspecto observado pelas pesquisas realizadas nos campos de refugiados, e que frequentemente vem à tona nas entrevistas, são os danos psicológicos decorrentes de ter que abandonar tudo –inclusive, em muitos casos, a família– e, posteriormente, de precisar se despedir

41 BRAZIER, 1997, p. 14 apud FIDDIAN, 2002, p. 8.

42 FIDDIAN, 2002, p. 16.

dos homens (pais, irmãos, maridos ou filhos mais velhos que foram para o front), perder bebês e deixar as meninas em idade escolar partirem para frequentar escolas estrangeiras. Esses danos foram geridos e, em alguns casos, superados apenas graças às redes de irmandade que as mulheres construíram entre si. Foram elas mesmas que forneceram ajuda material, emocional e espiritual umas às outras. As anedotas a esse respeito são abundantes nos testemunhos⁴³ e seu resultado tem sido muito valioso para a reconstrução do tecido social saarauí. A lealdade feminina gerada naquela época funcionou como estabilizadora das relações sociais mesmo em tempos de crises políticas internas.

De acordo com os testemunhos de muitas mulheres e os trabalhos subsequentes sobre o assunto, a solidariedade foi determinante para a sobrevivência naqueles primeiros anos, como revela um depoimento:

Pela primeira vez na sua história, mulheres que não eram “parentes”, que nem sequer conheciam o grupo originário de suas vizinhas, trabalhavam juntas, compartilhavam tristezas e alegrias, apoiavam-se, cuidavam umas das outras, consolavam-se e encorajavam-se, sem distinção de status ou posição, e em igualdade de condições materiais.⁴⁴

Esse aspecto, mais do que qualquer outro, foi uma motivação poderosa para não se deixar morrer e, apesar da dor, ter forças para empreender o trabalho titânico que tinham pela frente.

3.3 Os anos de guerra e os campos de refugiados

Quando começaram os bombardeios e a perseguição à população civil saarauí, rebelada contra a invasão marroquina dos seus territórios, teve início um êxodo massivo de pessoas que tentavam chegar a um local seguro. Como já explicado no primeiro capítulo, a Argélia cedeu uma faixa de deserto para que essas pessoas ali se instalassem.

Os primeiros a chegar à zona segura cedida pela Argélia foram mulheres, idosos, crianças, além de feridos. A princípio, todos os homens que podiam lutar integraram-se ao front sob o comando da Frente Polisário ou ajudaram nas evacuações. Todos os dias chegavam grupos de centenas de pessoas resgatadas no deserto ou ajudadas a escapar do avanço dos exércitos mauritano e marroquino.

Os testemunhos dão conta do caos completo, abundam os relatos de mulheres que, naqueles primeiros momentos de total descontrole,

43 Cf. García (2001) e Rodríguez (1992).

44 CARATINI, 2006, p. 6.

começaram espontaneamente a organizar as pessoas e responder às necessidades mais urgentes. Alguns costuraram às pressas os longos tecidos de suas *melhfes* para fazer abrigos que pudessem proteger as pessoas das intempéries, outras, que estavam amamentando, ofereciam leite a todas as crianças que estavam perdidas de suas famílias ou cujas mães não tinham nada para lhes servir.⁴⁵

A Frente Polisário recorreu às mulheres, os únicos adultos disponíveis àquela altura, para formar rapidamente comissões de distribuição da ajuda que começava a chegar, primeiro da Argélia e depois de outros lugares. Outras delas improvisaram hospitais e trataram os feridos com o pouco que havia à mão ou, junto com meninos ainda jovens demais para a batalha, cavaram covas para enterrar os mortos. Foram inicialmente centenas de sepulturas todos os dias, então, dezenas delas, pois, conforme os depoimentos “dois anos depois dos primeiros refugiados se instalarem nos campos, todas as crianças com menos de dois anos de idade morreram numa epidemia de sarampo”.⁴⁶

Nas reuniões de organização iniciais, os representantes da Frente Polisário, os mais velhos e as mulheres tiveram que definir, ainda sob o estado de emergência absoluta, a forma como procederiam para sobreviver. A base social a partir da qual se partiu foi justamente a UNMS, que naquela época era a única estrutura capaz de ser reorganizada, provendo os recursos humanos necessários para implementar a complexa logística que o empreendimento demandava. Enquanto isso, grupos de pessoas desalojadas seguiam chegando aos campos.

3.4 Comitês e células

Formaram-se comitês de mulheres encarregados dos aspectos mais vitais, sendo prioridades a higiene e a saúde. Além disso, houve um trabalho muito ativo na construção de ambulatórios, nos quais, a princípio, o atendimento era feito por mulheres que receberam uma formação extremamente básica. Também se estabeleceu como prioritária a educação, tanto dos menores quanto delas próprias, a fim de poderem desempenhar as funções exigidas. Outros comitês foram encarregados da gestão de resíduos e das iniciativas para a produção artesanal de bens e preparação do solo para cultivo, considerando que as terras onde estavam não eram propícias para o plantio. Existiu também um Comitê de Justiça, encarregado de arbitrar conflitos, resolver controvérsias, celebrar rituais civis, como casamentos, e realizar eventos comemorativos.⁴⁷

45 Cf. Asociación de Mujeres Saarauis en España (1995).

46 CARATINI, 2006, p. 7.

47 RODRÍGUEZ, 1992, p. 28.

As mulheres trabalharam incansavelmente para criar as condições necessárias à sobrevivência. Os comitês precisaram funcionar a pleno vapor, exigindo uma disciplina rígida que regia muitos aspectos da vida cotidiana. Assim, os poucos alimentos disponíveis eram distribuídos de forma escrupulosamente igualitária, privilegiando a alimentação de crianças, idosos e enfermos. Medidas de higiene obrigatórias deveriam ser cumpridas e havia inspeções periódicas, *jaima por jaima*. Graças a esforços imensuráveis, as hortas plantadas se tornaram produtivas, fornecendo algumas hortaliças à população. Foram construídas edificações simples (com blocos de barro feitos pelas próprias mulheres) para abrigar espaços administrativos, clínicas e escolas.

Além dos comitês, em cada *daira* (bairro) foram formadas células, também chamadas de “células políticas”,⁴⁸ cujo objetivo era transmitir notícias e decisões tomadas pelo *Diretório Político*, incentivar a participação, promover discussões e levar à direção as propostas populares. Essa estrutura pode ser melhor compreendida a partir do quadro abaixo:

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS CAMPOS DE REFUGIADOS*

Existem quatro campos de refugiados, chamados também *wilayas*, são eles: El Aiune, Auserd, Smara e Dakhla. Cada *wilaya* é composta por várias *dairas* ou cidades, estabelecidas em torno de áreas comuns, como escolas e centros culturais, centros de saúde, armazéns de alimentos e reservatórios de água, centro administrativo e hortas.

Cada *daira*, por sua vez, é dividida, em uma estrutura cruciforme, em quatro bairros, em cuja região central estão o centro administrativo da *daira*, o ambulatório, a escola pré-escolar, armazéns e oficinas. Numa determinada área da *daira*, longe das *jaimas*, ficam os currais dos animais.

A designação das *wilayas* e *dairas* permitiu inicialmente agrupar a população pelo seu local de origem ou proveniência, visando por um lado preservar os laços familiares e, assim, garantir uma melhor adaptação à nova situação, e por outro lado, facilitar a reintegração da população às suas cidades de origem, uma vez recuperado o território nacional saarauí. No entanto, desde a reestruturação dos campos, em 1985, é possível mudar de *wilaya*, desde que não haja impedimentos do ponto de vista profissional. Se essa possibilidade cria o inconveniente da perda

48 CARATINI, 2006, p. 9.

* Mais informações a respeito podem ser lidas na página da “Associação de Amigos do Povo Saarauí”: < <http://www.sadicum.org/campamentos/campamentos.htm> > (em espanhol).

de referências geográficas, que mantiveram um valor administrativo e simbólico, permitem, por sua vez, a mobilidade das famílias.

Cada daira constitui uma unidade administrativa, governada por um ou uma pessoa responsável e um Conselho Local, que administram o cotidiano da localidade. Acima da administração local, existe um conselho provincial ou da *wilaya*, composto pelos responsáveis dos Comitês e outros setores da população, bem como um “*wali*” ou governador da *wilaya*, que determinam conjuntamente as ações, a produção, a distribuição etc.

Além disso, estão espalhados por outros pontos do território o centro administrativo de Rabuni (onde está localizado o governo saarauí), o hospital central e os centros escolares “27 de Fevereiro”, “9 de Junho” e “12 de Outubro”.

3.5 Educação e autoeducação: a escola “27 de Fevereiro”

Quando a guerra começou, um percentual elevado das mulheres saarauis (estimado quase que em sua totalidade) eram analfabetas.⁴⁹ Uma vez que eram necessárias mulheres capacitadas, esse dado inicial representou um sério contratempo. Era evidente que elas precisavam aprender a ler e escrever, bem como desempenhar todas as funções que a gestão dos acampamentos e a sobrevivência requeriam. Também não se podia negligenciar a educação das crianças e, para isso, eram necessárias professoras.

Em 1975, a comissão responsável pela educação reuniu-se no deserto e traçou um programa pedagógico antes mesmo de proclamada a República e da organização dos campos de refugiados. Nos primeiros anos, devido à falta de infraestrutura, as crianças em idade escolar eram enviadas para internatos na Argélia, em Cuba e na Líbia, com o duplo objetivo de educá-las e protegê-las da guerra e da fome.

Posteriormente, e com a ajuda da cooperação internacional, foram criadas creches para crianças de 40 dias a três anos em todas as *dairas*. Também foram criadas pré-escolas para crianças dos quatro aos seis anos, e instituições de ensino primário para crianças dos sete aos treze anos. A frequência escolar era obrigatória para meninos e meninas, sem distinção por sexo no programa educacional.⁵⁰

Iniciaram também as campanhas de “Educação Popular” voltadas para a alfabetização, ocorridas durante os verões, nas quais os jovens que

49 RODRÍGUEZ, 1992, p. 51.

50 Cf. Ponte (2003).

tinham ido estudar no estrangeiro regressavam e montavam salas de aula para ensinar mulheres adultas a ler, escrever, fazer cálculos etc. A partir de 1984, foram também criadas em cada *daira* escolas especiais para crianças com deficiência, impedidas de frequentar o ensino regular.

Em 14 de novembro de 1978, quase imediatamente após ocorrer a organização básica dos campos de refugiados, foi inaugurada a escola para mulheres “27 de Fevereiro”. Seu objetivo era a capacitação de todas as refugiadas em alguma carreira técnica ou trabalho útil. A escola foi montada como um acampamento separado dos demais, para onde as mulheres se deslocavam com suas famílias e todas as suas coisas pelo tempo necessário à conclusão de sua formação. Ali também foram instaladas creches e escolas para os filhos das estudantes.

O programa básico consistia na alfabetização e ensino de matemática para as mulheres analfabetas. Além disso, era oferecida formação profissional tanto em artes e ofícios quanto em curso técnico mais avançado, a depender da disponibilidade e do interesse de cada uma. Em 1991, eram oferecidas as formações em puericultura, magistério, enfermagem, administração, serviço social, animação cultural, línguas, costura, tecelagem, entre outros cursos. Além disso, era fornecida formação política e de lideranças, bem como treinamento militar para defesa em caso de invasão inimiga.⁵¹

Pode parecer que as capacitações oferecidas se limitaram a perpetuar as tarefas consideradas desde sempre como obrigações femininas, no entanto, deve-se ter em conta que a perspectiva era muito diferente, pois obedecia a uma estratégia traçada coletivamente, cujo principal objetivo era a sobrevivência (para a qual essas tarefas eram essenciais), mas também o empoderamento coletivo das mulheres e a sua participação política.

Seja como for, a educação feminina não se limitava àquela oferecida pela escola “27 de Fevereiro”, pois, tal como os jovens, as jovens mulheres que chegavam na idade de cursar o ensino médio e o ensino superior aspiravam a receber uma bolsa de estudos no exterior. Essas bolsas, que cobriam desde os anos finais da educação básica até a formação profissional, eram oferecidas principalmente pela Argélia, Líbia ou Cuba, mas também, embora em menor grau, por muitos outros países, como a URSS, a Áustria, a Espanha e a Itália. Desde então, milhares de mulheres saarauis abandonaram as suas casas –por vezes passando muitos anos sem ver a família– para concluírem a educação básica e adquirirem uma profissão. Como mostram vários trabalhos, a taxa de

51 Cf. Juliano (1998).

regresso entre os saaraus é muito elevada e esse aspecto será discutido mais detalhadamente no capítulo seguinte.

3.6 A União Nacional das Mulheres Saaraus

Durante todos esses primeiros anos, conforme já foi mencionado, a UNMS cumpriu um papel fundamental. A organização forneceu a estrutura necessária para gerir os comitês que, por sua vez, ocuparam-se de cada aspecto da vida prática nos campos de refugiados. No entanto, a UNMS também tinha objetivos políticos próprios no que diz respeito ao empoderamento das mulheres e à igualdade de oportunidades. Havia dentro da organização uma profunda consciência de que as conquistas revolucionárias teriam que beneficiar as mulheres e não apenas fazer uso delas. Sabiam também que não poderiam depender da cúpula dirigente da Frente Polisário para isso, razão pela qual muitos dos seus esforços foram destinados à militância e à busca por espaço nos órgãos de decisão política.

Os dois primeiros Congressos Nacionais de Mulheres refletiram esses interesses em sua pauta. O primeiro deles foi realizado nos dias 24 e 25 de março de 1985, com a presença de cerca de 600 representantes dos campos de refugiados.⁵² Foram discutidos temas tão diversos como o processo de libertação das mulheres, o progresso na igualdade, o diálogo com mulheres nos territórios ocupados e a necessidade de continuar a fazer trabalho político na vida cotidiana para propagar os ideais revolucionários. As estratégias de autoeducação feminina, o trabalho solidário, a criação de redes internacionais de mulheres e, sobretudo, a estratégia de formação de quadros femininos para alcançar as esferas políticas mais elevadas da Frente Polisário. Também ocorreu uma reforma na sua estrutura, formando um Secretariado Nacional composto por 53 representantes de diretórios regionais, e uma Direção Executiva com 13 representantes.

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 1990, 5 anos mais tarde, realizou-se o segundo Congresso Nacional das Mulheres Saaraus, com a presença de 860 delegadas de todas as províncias.⁵³ A essa altura, o trabalho internacional da UNMS já tinha dado frutos, contando com uma extensa rede de solidariedade de outros grupos de mulheres no mundo. Participaram 80 delegadas estrangeiras de diversas origens, principalmente espanholas, de outras nacionalidades europeias e latino-

52 RODRÍGUEZ, 1992, p. 18.

53 RODRÍGUEZ, 1992, p. 20.

americanas. Foi feito um balanço do progresso, a pauta foi ajustada e os cargos do Secretariado Nacional e dos diretórios foram renovados.⁵⁴

3.7 A maternidade como contribuição revolucionária

Durante a fuga e os primeiros anos nos campos de refugiados, um grande número de saarauis morreu, principalmente idosos e crianças pequenas. Sob as duras condições iniciais, houve grande incidência de doenças gastrointestinais, complicações pela ingestão de água salobra –retirada diretamente de poços– e desnutrição.⁵⁵

Após a já mencionada epidemia de sarampo, que vitimou quase todos os bebês e crianças pequenas, registou-se um aumento nas taxas de natalidade nos campos. O aumento espontâneo das taxas de natalidade é um fenômeno comum em sociedades que sofreram uma catástrofe ou estão em períodos de pós-guerra, mas no caso dos campos de refugiados saarauis, o aumento das taxas de natalidade decorreu de uma estratégia consciente e refletida por parte das mulheres. Como diz Dolores Juliano, elas realizaram “uma contribuição específica para a sobrevivência do seu povo”.⁵⁶ Durante os anos de guerra, a maternidade tornou-se uma questão de interesse público que assumiu uma dimensão cultural de grande relevância, tanto em termos de identidade quanto na definição das prioridades na gestão dos campos de refugiados, garantindo ao máximo os cuidados ginecológicos e perinatais, bem como a proteção de mulheres grávidas e bebês em particular.

A maternidade e a identidade feminina tornaram-se intimamente ligadas para essas gerações de mulheres. A presença discursiva do conceito de mulher-mãe-saarauí é evidente nos depoimentos, definições e apresentações que dão sobre si mesmas; no entanto, a valorização social da maternidade está mais uma vez distante da leitura ocidental do mesmo fenômeno. As relações materno-filiais também são diferentes e mudaram muito para se adaptarem às necessidades da vida nos campos de refugiados. Durante o período do conflito armado, as mulheres viram os seus filhos e filhas partirem para estudar no exterior ou tiveram de enfrentar sua morte em batalha. Este segundo aspecto, o da morte, também foi mistificado através da figura do martírio, associada ao conceito de guerra santa. Apesar da dor, ter um filho caído em combate é motivo de orgulho, pois a perda é entendida como o máximo sacrifício que uma mulher pode fazer pelo projeto coletivo.⁵⁷

54 Cf. Asociación de Mujeres Saharauis en España (1995).

55 Cf. García (2001).

56 JULIANO, 1998, p. 95.

57 GARCÍA, 2001, p. 239.

3.8 A situação das mulheres no momento de assinatura do acordo de cessar-fogo

Quando os acordos de cessar-fogo foram assinados, em 1991, as mulheres nos campos de refugiados tinham obtido um enorme reconhecimento social e um estatuto nunca alcançado por outras mulheres nos estados democráticos do mundo árabe. Elas controlavam o ensino, a administração do campo de refugiados, a saúde e as células políticas. Apesar disso, no parlamento havia apenas cinco mulheres de um total de 105 parlamentares, uma vez que a participação em cargos eleitos ainda era baixa. A UNMS já havia constatado o problema e definido como seu objetivo encorajar mais mulheres a participarem na política institucional, a fim de obterem mais assentos em cargos eletivos. Na época, a preocupação voltava-se para o necessário rearranjo que teria de ocorrer quando os homens retornassem da frente de batalha. Embora as suas contribuições revolucionárias tenham sido plenamente assumidas no discurso oficial, as mulheres saarauis não eram ingênuas no que dizia respeito à possibilidade de um retrocesso tanto no quadro político formal quanto na sua condição cotidiana; afinal, os homens que retornassem do front teriam que ser acomodados dentro da estrutura, o que necessariamente significaria negociar.

Em repetidas ocasiões, a cúpula da RASD e o próprio presidente Abdelaziz declararam a irreversibilidade dos avanços alcançados pelas mulheres saarauis. Ainda assim, deve-se ponderar que:

No entanto, apesar do apoio oficial aos direitos das mulheres, as integrantes da UNMS indicaram repetidamente que não partilhavam a confiança expressada pelo Presidente [...] com base no seu conhecimento de exemplos históricos e transculturais.⁵⁸

Nos anos que se seguiram a partir do cessar-fogo, ocorreram transformações drásticas na vida nos campos de refugiados, as quais afetaram tanto positiva quanto negativamente a situação das mulheres saarauis. No próximo capítulo, elas serão por nós analisadas.

58 FIDDIAN, 2002, p. 34.

CAPÍTULO 4

20 ANOS DE ESPERANÇA: ESTRATÉGIAS PARA UM LONGO CAMINHO

O presente capítulo trata das transformações ocorridas nos campos de refugiados saarauís na Argélia, bem como da forma como as mulheres negociaram o poder e as suas relações de gênero com os homens que regressaram da frente de batalha após o cessar-fogo, ocorrido em 1991. Também serão discutidas as consequências desencadeadas pela longa espera por um referendo que parece fadado a nunca acontecer.

Baseio-me aqui no trabalho de campo e nas contribuições que as pesquisadoras Sophie Caratini e Elena Fiddian-Qasmiyeh realizaram desde o cessar-fogo.

A primeira parte do capítulo apresenta as mudanças iniciais observadas nos campos e a preocupação com o conhecido fenômeno do retrocesso em relação às conquistas obtidas pelas mulheres após processos revolucionários ou conflitos. A segunda parte atualiza dados sobre a situação das mulheres e aprofunda os aspectos mais significativos observados no meu próprio trabalho de campo.

Estive nos campos de refugiados saarauís na Argélia entre novembro e dezembro de 2010. Minha visita coincidiu com as celebrações dos 35 anos de criação do Parlamento Saarauí, que congregaram atos políticos e atividades culturais, contando com a presença de parlamentares de várias partes do mundo. Coincidiu, além disso, com a reunião de anúncio da “Década das Mulheres Africanas 2010-2020”, na qual delegadas de vários países africanos e observadoras de diferentes partes do mundo se reuniram para divulgar a iniciativa e propor metas e estratégias locais.

Ao longo dos dias em que estive lá, foi possível entrevistar de forma semiestruturada diversos atores políticos e sociais, incluindo parlamentares homens e mulheres; a ministra da cultura, Khadidja Hamdí, Fatma el Mehdi, secretária-geral da UNMS; a presidenta do parlamento infantil, Yirefia Suadu Musa, no fim do mandato; bem como várias mulheres que participam na vida política.

Também tive a oportunidade de conviver com diversas famílias em suas jaimas, nas *wilayas* de Dakhla e Auserd, no Campo 27 de Febrero e na zona libertada de Tifariti, com pastores nômades. Ali, no âmbito da vida doméstica, pude travar conversas descontraídas, casuais e eventualmente com cumplicidade. Falava diretamente com as que sabiam espanhol, que por sua vez atuavam como intérpretes espontâneas nos meus diálogos com as mulheres que falavam árabe hassani. Quando não havia intérprete, a comunicação foi possível graças à linguagem não verbal e à vontade de estabelecer o vínculo. Neste sentido, quero salientar e agradecer a enorme disposição que grande parte das mulheres com quem tive contato manifestaram em relação a mim.

Visitei também, embora não tenha passado um tempo lá, o Centro Administrativo de Rabuni e o campo de refugiados de El Aiune.

4.1 O cessar-fogo

Em 1991, a assinatura do acordo de cessar-fogo, promovido graças aos esforços da MINURSO, significou o início de uma mudança profunda na vida nos campos de refugiados. No início, a existência tingiu-se de otimismo, pois se pensava que em pouco tempo seria realizado o referendo que devolveria as terras aos saarauis, possibilitando-lhes começar a vida no novo país sonhado, pelo qual tanto lutaram. No entanto, logo ficou claro que o processo seria complicado e lento.

Por ora, o estado de emergência permanente estaria suspenso e a vida cotidiana teria de ser reestruturada. Os saarauis dispuseram-se a esperar, sem saber muito bem quanto tempo demoraria, na dúvida se valeria a pena iniciar novos processos sociais, melhorar instalações e instituições ou investir recursos e trabalho nos próprios campos de refugiados.

Os homens que pela primeira vez regressaram da frente de batalha por um tempo maior do que as licenças de quinze dias habituais encontraram uma estrutura perfeitamente organizada pelas mulheres e sem uma economia formal à qual pudessem ser integrados. Os comitês políticos e o Comitê de Justiça foram dissolvidos, e muitas das comissões de trabalho em que participavam mulheres caíram num impasse.

Além disso, o fornecimento de materiais e alimentos pela cooperação internacional começou diminuir, pois quando o cessar-fogo foi declarado, a gravidade da situação foi considerada menor em relação a outras zonas de conflito da época.

Conforme ficou evidente que a espera poderia ser prolongada, a atividade nos campos foi renovada. Certamente não havia como retomar a ação frenética dos primeiros anos, mas a inatividade seria demasiado desmoralizante.

Nos campos, empreenderam-se vários programas para tornar a vida mais suportável, bem como teve início uma luta redobrada para destravar o processo de referendo através da política. Muitos dos recursos anteriormente destinados à luta armada foram direcionados para vias diplomáticas de negociação, realizando grandes esforços para estabelecer relações internacionais em todas as frentes possíveis, tanto em diálogo com a sociedade civil quanto com governos.

Os jovens que haviam estudado no exterior e prepararam-se para o trabalho de relações internacionais foram alocados em gabinetes nos países que reconheceram a RASD, com a tarefa de estabelecer conexões políticas e promover a causa saarauí por todos os meios. Os saarauis que viviam e/ou estudavam no exterior tornaram-se embaixadores culturais e estabeleceram relações com organizações civis existentes ou chegaram mesmo a organizar algumas próprias, como ocorreu no caso da Associação de Mulheres Saarauis na Espanha. Foi também nesse momento que surgiu o projeto “Férias em paz”, existente até hoje, através do qual as crianças em idade escolar viajam para passar o verão com uma família que os acolhe no exterior, a fim de escapar do calor saariano, receber cuidados médicos e disfrutar de outro estilo de vida. Além disso, o programa tem o propósito explícito prepará-los para atuarem embaixadores culturais, aprendendo outras línguas, e estabelecer um vínculo entre o Ocidente e o Saara.

4.2 Evitar o retrocesso

Durante épocas revolucionárias, de exílio ou de conflito, as relações de gênero costumam se transformar significativamente em razão do estado de emergência. Muitas vezes na história, as mulheres participaram ativamente desses processos e assumiram papéis anteriormente reservados aos homens. Contudo, há bons estudos sobre como ao final desses períodos de conflito é comum que as revoluções não façam jus às mulheres, e o retorno à vida normal implique o regresso à desigualdade de gênero. Esses retrocessos podem inclusive resultar da recuperação de uma identidade coletiva (real ou idealizada), fenômeno que os estudiosos denominaram retraditionalização.⁵⁹

59 FIDDIAN, 2002, p. 7.

Por outro lado, há também exemplos de mulheres que não se dispõem a retroceder, dando lugar a um fenômeno de negociação de poder, mais ou menos exitoso. A UNMS tinha consciência dessa possibilidade e, evidentemente, preocupou-se com a maneira como as novas circunstâncias transformariam as relações de poder. Esse aspecto é de vital importância, pois ao contrário do observado em outros conflitos estudados,⁶⁰ nos quais o processo revolucionário e pós-revolucionário (ou exílio e pós-exílio) é uma força que arrasta por sua própria dinâmica os coletivos, muitas vezes forçando o protagonismo de grupos subalternos, particularmente as mulheres, que logo depois experimentam retrocessos, houve no caso das saarauis uma visão estratégica de longo prazo que lhes permitiu apresentar o problema e negociar.

Conforme relatado no capítulo anterior, foi estabelecida oficialmente –como afirmou o próprio Presidente Abdelaziz– e dentro da agenda política da UNMS a vontade de não permitir um retrocesso das conquistas obtidas no âmbito das relações de gênero. No entanto, os ajustes na vida cotidiana necessariamente acarretaram sua reestruturação, e algumas avanços revolucionários aparentemente alcançados no auge do conflito sofreram sucessivas idas e vindas, numa dialética que tem muito a ver com a indefinição do período atual de latência, em que o referendo ainda não foi realizado nem se registaram quaisquer progressos no conflito.

4.3 Mudanças

Em 2003, Sophie Caratini publicou o livro *La république des sables: Anthropologie d'une révolution* [A república das areias: antropologia de uma revolução], no qual descreve, com base em várias visitas aos campos de refugiados feitas entre 1995 e 2003, algumas das transformações ocorridas quando o processo de referendo estancou.

Uma mudança significativa registrada foi o surgimento e o crescimento da economia informal, que se desenvolveu nos campos com o regresso dos homens e a introdução do dinheiro. Evidentemente, à medida que a espera se prolongava, a população dos campos necessitava obter maiores recursos; não havia emprego e, aos poucos, a ajuda internacional foi diminuindo. Os homens que tiveram oportunidade migraram para a Mauritânia ou a Argélia em busca de trabalhos remunerados, ou exigiram pensões correspondentes aos anos de serviço prestado para a então administração da colônia espanhola. Aos poucos, pequenos negócios surgiram nos campos, lojas onde era possível comprar alguns bens para completar as rações cada vez mais escassas providas pela cooperação internacional. Surgiram também alguns serviços: transportes, cantinas,

60 TETREAULT, 1984, p. 18.

oficinas etc., com os quais se estabeleceu uma incipiente economia formal, que, no entanto, movimentou essa nova etapa nos campos. Essa atividade econômica começou a produzir pequenas desigualdades entre as famílias, embora tenham sido em grande parte atenuadas pela solidariedade entre vizinhos, pois o dinheiro e o trabalho distinguiam pessoas antes consideradas completamente iguais.

Além disso, conforme já se explicou no primeiro capítulo, a realização do referendo exigia a elaboração de um censo fiável cuja metodologia se baseava no pertencimento dos indivíduos às cabilas de origem, a fim de assegurar sua origem saarauis; esse processo forçou a identificação e quebra do pacto antitribal. Segundo Caratini, a identificação implicou o retorno de um certo status atribuído ao pertencimento a certas cabilas ou pelo menos o retorno de obrigações de solidariedade mútua e suas redes de relações sociais.

Como já mencionado, na sociedade saarauí não era incomum que ocorressem divórcios seguidos de um novo casamento. Durante a guerra, porém, esse fenômeno tornou-se particularmente comum. A necessidade de procriação, a redução do dote à quantia simbólica de um dinar, aliadas ao tempo curto que os homens passavam nos campos –quando, por exemplo, a cada 6 meses no front gozavam de uma licença de quinze dias– tiveram como consequência que os casamentos eram acordados rapidamente, celebrados em um curto intervalo de tempo e com frequência duravam pouco. A pesquisadora afirma que a precariedade econômica e a instabilidade dos matrimônios fizeram com que as mulheres dos campos de refugiados restabelecessem o antigo costume do dote, como uma forma de buscar estabilidade na união e casar com homens de certos recursos, embora de modo geral o sistema de dote simbólico tenha prevalecido, ainda que a família do noivo pudesse agregar gado e objetos domésticos à contribuição para o casamento.⁶¹

Uma das modificações sociais mais importantes observadas por Caratini consistiu em uma renovada matrilocalidade nos campos.⁶² Conforme foi dito, na tradição saarauí, os filhos de um casamento pertenciam à linhagem paterna, de modo que as mulheres se mudavam para as cabilas dos maridos e, em caso de divórcio, as crianças em idade escolar passariam a viver com a avó paterna. Devido à ausência prolongada dos homens durante a guerra, as mulheres preferiram ficar perto da sua própria família e aí criar os seus filhos, razão pela qual a matrilocalidade se tornou muito mais comum nos campos, embora a mobilidade infantil entre os saarauis ainda seja usual e não é incomum que as crianças vivam com os avós, tios ou outros parentes.

61 CARATINI, 2003, p. 106.

62 CARATINI, 2003, p. 123.

Outra mudança importante ocorrida nos campos de refugiados, particularmente entre as mulheres, foi o regresso de muitas jovens profissionais que haviam estudado por anos em diferentes países, particularmente em Cuba, na Argélia e na Rússia, quando o conflito armado foi suspenso. Com a espera prolongada pelo referendo, o panorama se tornou desolador para essas gerações, pois muitos estavam qualificados para realizar trabalhos que não eram possíveis no momento, às vezes não por falta de necessidade, mas por falta de materiais e instalações.

Além disso, após passar anos estudando no exterior, muitas dessas mulheres aculturaram-se de forma diferente daquelas que permaneceram nos campos, tornando difícil para muitas delas a readaptação às normas sociais das *wilayas*. Além disso, é evidente que seus pontos de vista e opiniões por vezes divergem profundamente, razão pela qual, em certo sentido, houve rupturas geracionais e entre essas jovens e mulheres da mesma faixa etária, mas que não estudaram no exterior.⁶³

4.4 As mulheres e o discurso oficial

A imensa contribuição dada pelas mulheres à revolução nos primeiros anos e o grande esforço que posteriormente continuaram a fazer em todos os níveis da vida nos campos de refugiados não passam despercebidos a ninguém. Tanto nas ruas como nos discursos em eventos oficiais e documentos da RASD, o papel das mulheres e o seu trabalho recebem menção constante. Os meios de comunicação oficiais –a rádio e, recentemente, a televisão, transmitidas a partir do centro administrativo de Rabuni– destacam constantemente o protagonismo feminino e dedicam programas inteiros à cobertura de eventos organizados pela UNMS ou a questões relacionadas com as mulheres.

O Presidente Abdelaziz dirige-se frequentemente às mulheres para renovar o compromisso do executivo com os seus direitos políticos. Nos seus discursos, ele recorda o sacrifício dos mártires, as terríveis condições em que vivem aqueles que estão do outro lado do muro e a presença indispensável das mulheres em todas as áreas da vida pública. Em todas as ações governamentais é garantida a presença de representantes da UNMS e é habitual que as mulheres tomem a palavra e presidam atos públicos de todos os tipos.

A constituição da RASD, sancionada em junho de 1991, reconhece cidadania plena às mulheres, sem qualquer distinção em relação aos homens, e declara especificamente o seguinte:

63 FIDDIAN, 2002, p. 33.

Artigo 30.º - O Estado zelará pela proteção de todos os direitos políticos, econômicos, sociais e culturais das mulheres saarauis e será assegurada a sua participação na construção da sociedade e no desenvolvimento do país.

Durante o meu trabalho de campo, era comum que homens, ao descobrirem os motivos da minha estadia, se aproximassem espontaneamente de mim para falar sobre “a mulher” saarauí. Militares, políticos, tradutores e motoristas me afastavam da comitiva por um momento e pediam-me para ligar o gravador. Ato contínuo, falaram-me de suas companheiras de luta, expressando orgulho e ressaltando a todo momento a sua coragem, bem como destacando que a RASD reconhece as mulheres formalmente, em clara distinção a outros países árabes. Contou-me Mohamed Sidi Ali, da Comissão Parlamentar de Defesa:

As mulheres saarauis são um símbolo de coragem e de trabalho, elas tornaram a revolução possível, ninguém sabe melhor do que elas do que a nossa sociedade precisa [...] somos o único país árabe, muçulmano e africano que concedeu às mulheres os mesmos direitos, cem por cento do que têm os homens.

A reiteração de afirmações afins denota que, ao menos oficialmente e na representação discursiva, o reconhecimento das mulheres é pleno. Os adjetivos repetidos são muito semelhantes aos usados para descrever os homens que lutaram no front, remetendo à força, ao valor, à coragem e à capacidade de sacrifício. Como virtudes específicas das mulheres, costuma-se mencionar a sabedoria e a sua qualidade de mães, no sentido assinalado no capítulo anterior.

Essas representações discursivas não são exclusivas dos homens, também as mulheres entrevistadas as usam para se referirem a si mesmas, tanto em atividades oficiais quanto em suas jaimas. Evidentemente, os primeiros anos de luta foram decisivos para configurar o que mais tarde se entenderia como “mulher saarauí”; os valores e qualidades que naquele momento e naquelas circunstâncias estavam presentes nas mulheres de então estabeleceram-se como marca de identidade das saarauis.

Em um dos seus últimos trabalhos, Elena Fiddian salienta a importância de ter em mente que essa representação discursiva nítida e sem nuances da mulher saarauí pode estar relacionada não apenas com o seu reconhecimento genuíno, mas também com uma estratégia de diferenciação em relação a outros países muçulmanos, o que surtiu um efeito positivo no seu impacto internacional e para atrair recursos da cooperação internacional.⁶⁴ De fato, a RASD não desperdiçou o potencial político proveniente do estatuto de que gozam as mulheres, e essa é uma

64 Cf. Fiddian (2010).

das bandeiras mais frequentemente levantadas na propaganda a seu favor, tanto pela Frente Polisário quanto pelas organizações civis que a apoiam, saarauis e estrangeiras.

Importa destacar que a idealização discursiva da mulher saarai é problemática em dois sentidos. Por um lado, a mitificação do ideal feminino produz um estereótipo da “revolucionária perfeita”, a partir do que se promovem uma série de valores desejáveis em todas as mulheres, excluindo ou ignorando aquelas que não possuam tal perfil, ou que manifestem posições contrárias ao que se espera delas dentro desses marcos ideais.⁶⁵ Como aponta Fiddian, atualmente é possível verificar que grande parte da cooperação internacional dirigida às mulheres saarauis é administrada pela UNMS ou destinada a projetos muito concretos, relacionados com formas organizativas já existentes, monopolizadas em grande medida pelas mulheres que têm sido mais ativas politicamente dentro da linha oficial, deixando de lado iniciativas ou necessidades de grupos de mulheres distintos, que não tiveram tanto destaque –por razões diversas– na sua participação em organizações formais.

Por outro lado, é evidente que não é possível falar em “a mulher saarai” de modo essencialista, especialmente quando se passaram trinta e cinco anos desde a instalação dos primeiros campos de refugiados, onde várias gerações de mulheres adultas com diferentes biografias agora convergem, mulheres cujos pontos de vista e posições podem ser totalmente diferentes.

Seja como for, a onipresença das mulheres no discurso político e popular reforça positivamente a percepção social das mulheres e a autoestima do coletivo identificado com tais discursos. Obviamente, nem todas as mulheres saarauis se identificam plenamente com o estereótipo, mas é possível que, ao partilharem o prestígio social dele decorrente, mulheres com perspectivas diversas se vejam em condições favoráveis para negociar o reconhecimento de outras posições e valores, podendo partir de um patamar melhor dar mais visibilidade e pluralidade à concepção da “mulher saarai”.

4.5 Identidade

Não é o objetivo desta tese teorizar sobre a maneira como as identidades coletivas se formam, mas é inevitável que nos perguntemos a respeito da forma como a ideia de “mulher saarai” opera como conceito-chave na vida cotidiana daquelas mulheres –múltiplas e bastante diversas– que se vinculam a essa categoria de dupla vertente, ao mesmo tempo de

65 FIDDIAN, 2010, p. 71.

gênero e política. A expressão “mulher saarai” reconhece em si mesma uma interseccionalidade, uma identidade composta que funciona como um poderoso aglutinador coletivo ao qual ninguém renuncia, mesmo estando à margem, no exterior ou em dissidência.

Conforme já buscamos expor, a moderna identidade dos saarauis como povo advém da integração de elementos tradicionais e do pacto fundador revolucionário, que ao longo do tempo foi também agregando outros elementos relacionados com o exílio e, assim, com a forma como a sua imagem foi refletida por nós, aqueles que os olhamos de fora.⁶⁶ Esses processos uniram nacionalismo e feminino, forjando um conceito que, embora indivisível, não é estático nem absoluto, pois a sua interpretação também está sujeita a transformações devido às mudanças sociais mais recentes ocorridas nos campos, como as divergências entre grupos de mulheres e os entraves geracionais. Não podemos, portanto, falar em “mulher saarai” sem usar o plural, ao mesmo tempo, é preciso ter em conta que os dois termos estão sempre vinculados.

Nas entrevistas que realizei com diversas mulheres nos campos, perguntei-lhes: O que vocês veem quando se olham no espelho? Para além dos adjetivos anteriormente mencionados, a resposta invariável era: “Vejo uma mulher saarai”. O mesmo acontecia quando lhes pedia que se apresentassem para a entrevista, e elas associavam seu nome diretamente ao fato de serem mulheres saarauis, frequentemente fazendo também menção ao seu campo de refugiados de origem, como foi o caso de Naïma Salem, que me respondeu: “Olá, sou Naïma, sou uma mulher saarai do campo de El Aiune”. A dupla representação estabelecida como uma constante na autoidentificação evidencia a assimilação geral de sua situação política como uma marca identitária, um fenômeno que tem sido amplamente observado em diferentes populações desalojadas e refugiadas.⁶⁷

Os documentários *Salto-alto na areia*, da muito jovem cineasta saarai Salima Kedi Embarec, e *Tebraa, retratos de mulheres saarauis*, codirigido por 14 realizadores andaluzes,⁶⁸ dão conta, através de uma polifonia de vozes e testemunhos, da diversidade de experiências de vida e dos múltiplos modos como as mulheres saarauis de diferentes gerações se veem.

Em relação à *melhfa*, cumpre notar que as mulheres saarauis que vivem no Ocidente com frequência deixam de utilizá-la no cotidiano (embora

66 Cf. Caratini (2003).

67 MALKKI, 1992, p. 26.

68 Nominalmente, elas são: Laura Alvea; Raquel Conde Viera; Mercedes M. Del Río; Ana Rosa Diego; María Durán; Rocío Huertas; Beatriz Mateos; Chaska Mori; Paz Piñar; Dácil Pérez de Guzmán; María Rodríguez e Ana Álvarez Ossorio [N.T.].

o façam em eventos representativos), o que não é motivo de censura, como todavia acontece dentro dos campos. Há, porta, algumas –poucas– mulheres que, devido à sua atividade profissional, vestem-se com roupas masculinas e usam turbante. Para algumas das entrevistadas, a *melhfa* é um signo de identidade, portado “como uma segunda pele”, que ao mesmo tempo as distingue, pois, com a chegada dos tecidos importados, as *melhfas*, tradicionalmente azuis, passaram a ser feitas em uma infinidade de estampas e cores, a tal ponto que é possível dizer que “não há duas iguais”. Nas entrevistas, elas ressaltam que “só as mulheres saarauis usam *melhfa*”, o que evidentemente funciona como um símbolo distintivo, que as diferencia do opressor marroquino. Além disso, assinalam abundantemente a utilidade prática da *melhfa* e suas qualidades estéticas.

“A *melhfa* não cobre demais?”, pergunto, ao que me respondem: “Cobre o que precisa cobrir e se ajusta onde precisa estar justa”, a saber, os quadris, cuja largura é ainda hoje um signo de beleza. Quando questionadas sobre a obrigatoriedade do uso e a sua relação com a imposição islâmica de cobrir a cabeça, em geral a resposta dada foi que não é obrigatório usar a *melhfa*, mas um costume que se cumpre voluntariamente. Não a usar implica ser “malvista” e, além disso, dizem: “Por que não usá-la?”, uma vez que cobrir a cabeça é considerada precisamente como “mais uma” de suas vantagens, afinal, “também” serve para isso. Elas ainda afirmaram que, embora a cabeça deva ser coberta, quando se utiliza o toucado tradicional (do qual falei no capítulo 2), o cabelo pode aparecer. Essas falas foram registradas em uma conversa coletiva, realizada em 12 de dezembro de 2010 no Campo 27 de Fevereiro.

De todo modo, é comum que as mulheres saarauis que viveram nos países ocidentais por longos períodos não usem a *melhfa* no seu dia a dia, embora o façam sempre em eventos sociais e representativos. Não usar a *melhfa* todos os dias quando no Ocidente não é motivo para qualquer censura, mas é, sim, censurável que uma saarai não use a *melhfa* nos campos, a menos que esteja desempenhando alguma função (por exemplo, militar) que exija o uso de um uniforme masculino, que nesse caso é usado como fazem os homens, com turbante (*litam*). As mulheres também se vestem com roupas tradicionais masculinas (*daraá*) quando representam um homem, o que é muito comum em festas culturais.

4.6 As cubanas e as novas gerações

O progressivo regresso de jovens de ambos os sexos que estudaram no exterior transformou as relações sociais nos campos de refugiados de diferentes maneiras. Aqueles que estudaram em países árabes islâmicos

sofreram um choque cultural menor ao regressar, especialmente aqueles que foram para a Argélia, em grande parte devido à possibilidade de visitar os campos anualmente. No entanto, aqueles que permaneceram durante muitos anos nos países ocidentais, e particularmente aqueles que estudaram em Cuba, experimentam uma dificuldade muito maior na readaptação cultural. Embora a altíssima taxa de regresso dos jovens saarauis aos seus campos de origem tenha sido amplamente relatada,⁶⁹ assim como a prevalência da sua identidade cultural mesmo depois de passados muitos anos no exílio, a adaptação no regresso é muito difícil devido a vários fatores, como a evidente assimilação de outros modelos culturais, a dificuldade de encontrar um emprego relacionado com os conhecimentos adquiridos e, de modo geral, as duras condições de vida.

No caso particular das mulheres, as dificuldades manifestam-se ademais em questões relacionadas ao uso da *melhfa*, à maternidade compreendida “como uma obrigação revolucionária”, ou à dificuldade de acesso aos círculos femininos de influência política. Segundo o relato de uma pesquisadora:

[...] Elas se sentem como “forasteiras locais”,⁷⁰ e muitas “cubanas” descrevem o seu regresso aos campos como “um forte choque cultural”: não apenas no que diz respeito à influência da política sexual na sociedade cubana, mas também no que diz respeito a certas práticas tradicionais que foram “re-inventadas” enquanto estiveram fora. Assinalam, por exemplo, que embora as mulheres tradicionalmente só passassem a vestir a *melhfa* após o casamento, meninas com apenas onze anos já eram vistas usando.⁷¹

É pertinente lembrar que, anteriormente, as mulheres se casavam muito jovens, de modo que aos quatorze anos já usavam a *melhfa*. Agora que a idade para o matrimónio não coincide mais com a adolescência, é possível que o uso da *melhfa* seja uma forma de ritual de passagem que simbolize a entrada na vida adulta. Seja como for, é um fato que no caso dos jovens meninos não existe um “sinal” equivalente.

Durante as minhas próprias pesquisas, encontrei diferentes formas como as mulheres que regressavam do exterior expressaram as suas dificuldades. Algumas, como a dentista Senia Bachir Mustafa, apontavam a possibilidade de conciliar as mudanças entendendo que deveriam se portar diferentemente em dois mundos distintos, e que uma coisa era

69 Cf. Gayá (2010).

70 “Outsider within”, na referência original, em inglês. A expressão formada por dois termos antagónicos, proveniente do pensamento feminista interseccional de Patricia Hill Collins, indica a ambivalência dessa posição do sujeito que se encontra ao mesmo tempo inserido e estranho a um determinado meio social [N.T.].

71 FIDDIAN, 2002, p. 35.

“o jeito como você vive lá fora, e outra, o jeito que se vive por aqui... eu sempre tive clareza de que havia um objetivo e que voltaria para cá para ser útil ao meu povo”.

Entre os fatores que favoreceram a integração estão a possibilidade de encontrar um trabalho ou ocupação útil e com reconhecimento social, além da compreensão familiar das diferenças e a formação de uma rede social. Acerca deste último ponto, os repatriados formaram o chamado “Grupo de Jovens Esperança”, no qual se reúnem quase todos os autodenominados “cubarauis”.

Embora as mulheres das gerações anteriores percebam as dificuldades de adaptação e algumas lideranças da UNMS tenham reconhecido o problema, é difícil gerir a tensão geracional-cultural resultante dessas diferenças, em resumo, porque foram as mulheres mais velhas que sacrificaram absolutamente tudo e também elas que trabalharam e conseguiram montar os campos de refugiados e as suas estruturas como são. Sob tais circunstâncias, é evidentemente muito difícil que negociem o seu poder e abram-se à mudança perante as novas gerações. Por ora, essas tensões parecem ser equilibradas pela consciência comunitária que impele a ceder no âmbito individual em favor do coletivo, e pela necessidade de unificar forças contra um inimigo comum.

4.7 A vida familiar

As transformações sofridas no seio das famílias nos últimos anos são notáveis, mas não são homogêneas. As circunstâncias de cada família particularizam a sua situação em função de quem seja chefe de família, do número de membros, da idade dos filhos, da ocupação dos pais e de vários outros fatores que geram diferenças.

O trabalho que muitas chefes de família desenvolvem no serviço público tem gerado mudanças nas dinâmicas familiares, uma vez que as mulheres continuam a ter responsabilidades na administração doméstica e nos trabalhos reprodutivos, de modo que, ao exercerem outras responsabilidades fora da jaima, devem encontrar uma maneira de coordenar ambos os aspectos. Nos casos em que são chefes de famílias extensas, é comum que as responsabilidades domésticas sejam compartilhadas para que todas as mulheres do núcleo familiar possam trabalhar ou participar de outras atividades. Caso contrário, as filhas mais velhas muitas vezes assumem o lugar das mães no cuidado dos irmãos mais novos e nas tarefas domésticas. Em algumas famílias, isso tem representado um obstáculo para as jovens que querem estudar no exterior, trabalhar ou participar politicamente.

Traducción: M. Linaf Mohamed Ali, con autorización del autor.

O trabalho doméstico é socialmente valorizado e indispensável, contudo, por um lado, as responsabilidades públicas são inevitáveis e, por outro lado, as mulheres que têm empregos ou cargos públicos recusam-se a abandoná-los para regressar apenas ao trabalho doméstico. Por isso, as mulheres com dupla carga de trabalho precisam delegá-lo, o que de certa forma reativa a hierarquia entre as mulheres mais velhas, chefes de família, e as jovens, “filhas de família”.

Embora os jovens homens atendam a todas as solicitações domésticas da mãe ou de uma mulher em posição superior na família, não sendo incomum que se encarreguem de ajudar em assuntos de limpeza ou do cuidado das cabras, de lavar as próprias roupas e executar tarefas, eles são geralmente considerados inaptos para cuidar de crianças pequenas, preparar comida ou administrar a *jaima*. Considerando que a *jaima* é das mulheres e que os filhos são de suas mães (sendo este último ponto uma mudança recente, considerada uma conquista, como assinala Caratini), e que além disso a alimentação é um recurso precioso, é possível que a irrupção dos homens nesses campos seja percebida também como a invasão de uma esfera que outorga poder às mulheres.

A forma de organizar o trabalho doméstico e distribuir as responsabilidades parece variar em cada família, o que pode gerar diferenças entre os seus membros, uma vez que alguns têm mais ou menos liberdade do que outros, dependendo dos critérios específicos adotados nas suas *jaimas* particulares. Embora as preferências pessoais sejam levadas em conta, a vontade individual pesa menos que a necessidade coletiva, o que tende a ser um ponto desfavorável para as mulheres, cujo trabalho é indispensável em comparação com o dos homens. Nas atuais circunstâncias, eles têm de ser criativos – e geralmente o são – na busca por ocupações úteis.

A percepção dessas limitações pelas mulheres jovens é geralmente ambivalente. Algumas delas, que tiveram de permanecer nos campos, expressam a sua concordância, pois viajar para o exterior, especialmente para os países mais distantes, dos quais não é possível regressar durante anos, também pode ser visto como um sacrifício devido à dificuldade de circulação das notícias e à separação dolorosa da família e do lar que muitas vezes ocorre bastante cedo, com apenas 12 anos. O depoimento de Deidu Mohamdi, da *wilaya* de Dajla, registra isso:

Não gosto de ficar longe da minha família, prefiro cuidar da *jaima* junto a minha mãe e meus irmãos mais novos. Quando eu fui para a Espanha (no projeto “Férias em paz”) a família espanhola que me acolheu era boa, mas senti muita saudade, me sentia estranha, chorava à noite, tinha que dormir sozinha, o que não gosto... foram só férias.

Já outras meninas expressam abertamente o seu desacordo, particularmente frente às diferenças de tratamento recebido e nas responsabilidades que têm em razão do lugar ocupado na família. Isso muitas vezes prejudica seu desenvolvimento pessoal, especialmente no caso de irmãos e irmãs mais velhos, dos quais se espera que assumam funções de maior responsabilidade. A esse respeito, testemunha Salema Mahmud, do campo de refugiados de Auserd:

Temos que ficar aqui e assumir tarefas, minhas irmãs até podem ir aos festivais, mas eu não posso, tenho que trazer a carne (de camelo), preparar a comida e acompanhar minha avó que não pode se locomover... Sim, é claro que gostaria de ter outras oportunidades, mas quem vai cuidar da *jaima*? É a minha função agora que minha mãe tem de trabalhar... Quem sabe no futuro, quando minhas irmãs forem mais velhas.

Entre jovens homens e mulheres nos campos, a idade de casamento foi adiada –por vezes até depois dos trinta anos– e a taxa de natalidade⁷² diminuiu nos últimos anos. Durante o VI Congresso Nacional da UNMS, ocorrido recentemente, o Presidente Abdelaziz manifestou a sua preocupação com o declínio das taxas de natalidade, apontando a necessidade de “promover uma política activa de natalidade que tenha como ponto de partida a corresponsabilidade de mulheres e homens em todas as áreas”.⁷³

Observa-se também um aumento dos casamentos interculturais, algo que antes era assunto proibido ou objeto de pouca consideração entre os saarauís, preocupados que este tipo de união pudesse dissipar a cultura e a luta do povo, especialmente quando eram as mulheres que se casavam com estrangeiros e mudavam-se para o exterior. Atualmente, o grande afluxo de estrangeiros que cooperam nos campos e o alto índice de jovens saarauís que estudam no exterior têm resultado em uma maior abertura nesse sentido, e já não é mais tão estranho que uniões desse tipo ocorram. No entanto, permanecer solteira ou solteiro continua a ser um fenômeno incomum e definitivamente malvisto, assim como não ter filhos, tanto para mulheres quanto para homens.

4.8 Dados e iniciativas da União Nacional das Mulheres Saarauís

Nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2011, foi realizado o VI Congresso da UNMS. Em memória dos tristes acontecimentos ocorridos no mês

⁷² Segundo a base de dados Indexmundi, em 2000 a taxa de natalidade era de 45,07 nascimentos por 1.000 habitantes, diminuindo, em 2010, para 32,56. Dados disponíveis em: http://www.indexmundi.com/es/sahara_occidental/tasa_de_natalidad.html.

⁷³ Jornal La Jornada, 26 de abril de 2011.

de outubro anterior nos territórios ocupados, o lema escolhido para o encontro foi “Campo Gdeim Izik”. Fatma El Mehdi, Secretária Geral da UNMS, apresentou um informe⁷⁴ sobre as conquistas obtidas nos últimos cinco anos, que se traduzem nos seguintes números:

Participação na vida política

As mulheres representam:

- 34% do Parlamento (poder legislativo) da RASD;
- 35% do Parlamento Africano;
- 24% das responsáveis a nível regional e local;
- 10% no Governo (poder executivo) da RASD;
- 17% ao nível da representação da RASD e da Frente Polisário (no exterior).

Acesso ao trabalho

As mulheres ocupam:

- 80% dos cargos de administração e gestão dos campos de refugiados;
- 80% dos postos responsáveis pela distribuição de ajuda humanitária e água;
- 60% das profissionais de Educação;
- 60% das profissionais de Saúde.

Além disso,

- 70% dos microcréditos concedidos por cooperação destinam-se a beneficiar mulheres.

Os desafios estabelecidos para os próximos cinco anos foram resumidos em oito pontos, apresentados a seguir:

1. Desenvolver a consciência política nas nossas mulheres, a fim de que elas possam valorizar e aproveitar as oportunidades que nos surgem, pois esse é um direito que devemos aproveitar para melhorar a nossa situação;

⁷⁴ Dados obtidos de fonte direta, fornecidos por e-mail pela própria UNMS, em maio de 2011.

2. Melhorar a nossa autoestima e nos apoiar entre iguais para que tenhamos muito mais força e presença política no que diz respeito às demandas do nosso povo e aos nossos direitos como mulheres;
3. Facilitar a criação de campanhas de sensibilização sobre os Direitos das Mulheres e o seu empoderamento;
4. Incidir sobre o cumprimento da legislação nacional e continental que favorece a participação política e social das mulheres;
5. Aumentar o número de mulheres beneficiárias de microcrédito através da formulação de projetos com esse objetivo;
6. Melhorar o mercado de trabalho com vagas destinadas às mulheres desempregadas, especialmente às jovens;
7. Aumentar a consciencialização sobre a importância da higiene e da saúde das mulheres para aliviar as doenças que nos afetam mais diretamente. Um exemplo é a criação de centros específicos para o tratamento de diversos tipos de câncer com alta incidência entre as mulheres;
8. Desenvolver programas de sensibilização para conseguir uma melhor utilização dos produtos existentes e reduzir a anemia em mulheres e crianças.

Em relação à saúde da mulher, segundo relatórios da própria UNMS e entrevistas realizadas com profissionais de saúde, todas as mulheres nos campos contam com assistência médica gratuita, acesso a medicamentos e de atenção primária e hospitalar. Tudo isso na medida em que os serviços estão disponíveis, dada a situação precária vivenciada nos campos, onde muitas vezes faltam insumos básicos e alguns equipamentos estão sujeitos a avarias e são difíceis de consertar devido às condições ambientais (a areia muito fina que se espalha por todo o lado e as altas temperaturas).

As doenças mais frequentes nas mulheres (e, de modo geral, entre toda a população) são a diabetes, a hipertensão e a anemia, derivadas da má alimentação e, no caso da anemia nas mulheres adultas, também relacionada ao número de partos. Além disso, em mulheres mais jovens também são comuns os quadros de asma. Certos tipos de câncer são prevalentes na população e há casos de cânceres ginecológicos, que têm sido priorizados no sistema de saúde.

Existem, ademais, unidades de saúde que oferecem acompanhamento e atenção especial às questões ginecológicas, às gestantes e cuidados perinatais. Essas políticas, assim como a educação sexual, tornaram-se

um dos eixos fundamentais no programa de saúde da RASD que, com a ajuda da Organização Internacional “Médicos do Mundo” e da Agência Espanhola de Cooperação, tem implementado campanhas de informação e cuidados para que as mulheres realizem exames ginecológicos regulares, façam intervalos de pelo menos quatro anos entre os partos e deem à luz em hospitais e centros de saúde. Existe inclusive um corpo de parteiras preparado para recriar o modo tradicional de parir nos centros de saúde. Sobre os esforços e conquistas em torno da saúde ginecológica e perinatal, os Médicos do Mundo editaram o documentário “*Naghga Embarka*” (“Choro de boa sorte”), no qual profissionais de saúde, parteiras e mulheres atendidas narram suas experiências.

As questões da educação sexual e do controle de natalidade são de especial relevância porque mostram claramente que, embora no discurso oficial o dever revolucionário materno continue a ser exaltado e ainda que as relações sexuais entre jovens ou fora do casamento não sejam publicamente reconhecidas, a UNMS e a maioria dos profissionais de saúde (frequentemente formados em Cuba) conquistam esses espaços de ação e influenciam suficientemente os programas e políticas públicas de modo a obter mudanças onde elas são importantes.

CONCLUSÕES

Ao longo de 35 anos, mulheres e homens saarauis ocidentais experimentaram grandes transformações sociais. Nos três momentos mais claramente distinguíveis – a resistência, o conflito armado e o cessar-fogo –, ocorreram muitas mudanças nas relações de gênero e na construção de identidades ocorreram, tanto a nível micro quanto macrossocial. Como em qualquer processo coletivo, podemos falar de perdas e ganhos ao longo do tempo, no que diz respeito ao reconhecimento, à liberdade e ao poder que as saarauis têm e exercem no seu entorno. Logicamente, não estamos diante de uma trajetória linear e ascendente. Atualmente, de modo particular nos campos de refugiados, crescem a desesperança e o cansaço, a espera tem sido demasiadamente longa e ninguém é capaz de investir em um futuro totalmente incerto. Os recentes acontecimentos em Gdeim Izik (mencionados no quarto capítulo) desencadearam o clamor popular por uma solução para o conflito, custe o que custar. Sob essas condições, as lutas específicas de coletivos parecem não ter razão de ser e dissolvem-se no problema principal: necessário é que haja uma solução imediata, regressar à própria terra, ter um lugar para construir o futuro. As necessidades específicas das mulheres, dos jovens, de meninos e meninas se perdem nessa reivindicação geral.

Por outro lado, uma das grandes preocupações concentra-se na população que está retida na área ocupada. Embora se tenha conseguido trabalhar, evoluir e construir muito a partir dos campos de refugiados, aqueles que vivem atrás do muro da vergonha (assunto do primeiro capítulo) encontram-se em condições muito precárias, sem direitos civis ou políticos. Sobre as mulheres saarauis que ali estão, sabemos muito pouco além do que nos contam lutadoras sociais como Aminatu Haidar, que de vez em quando conseguem comunicar ao mundo que também daquele lado do muro há mulheres participando muito ativamente da resistência, que elas estão organizadas, que são sistematicamente torturadas e que, assim como as suas irmãs que fugiram pelo deserto nos anos setenta, estão dispostas a fazer de tudo para recuperar a sua pátria e o seu futuro.

As mulheres saarauis que escaparam e conseguiram se estabelecer e se formar nos campos de refugiados na Argélia ou em outras partes do mundo concentram grande parte dos seus esforços e energia em travar contato e denunciar a situação daquelas que se encontram retidas. A sororidade estabelecida impede que se esqueçam umas das outras ou tentem reconstruir suas vidas à margem do conflito. Como surge e se mantém esse enorme compromisso entre as mulheres? Que lições nós, mulheres do Ocidente, podemos aprender com as saarauis? É claro que o tema renderia ainda muitos trabalhos de pesquisa aprofundados, pois é um campo virgem e cheio de possíveis contribuições para a história, a antropologia, a sociologia e outras ciências sociais com perspectiva de gênero.

Nunca é fácil terminar um trabalho dedicado a estudar um processo social em curso. Sempre nos deixa a sensação de estar esquecendo algo importante, deixando de lado algumas vozes e de não termos nos aprofundado o suficiente. Durante a elaboração deste trabalho, tive muitas dúvidas metodológicas e éticas: Qual a melhor forma de captar essa realidade? Devo fazer apenas trabalho de campo? Temos o direito de indagar sobre a vida (e o sofrimento) de outras pessoas e afirmar o que afirmamos como pesquisadoras? Será que interpretamos bem? Devemos nos limitar às ciências sociais ou deveríamos igualmente buscar fazer justiça social?

Ao redigir estas conclusões, percebo que tais questões permanecem sem resposta e, depois de ter lido tantos materiais sobre o povo saarauí e outros povos que lutam ou passam por conflitos semelhantes, também me dou conta de que as minhas dúvidas se repetem constantemente nos trabalhos de outras pesquisadoras e pesquisadores. Em minha defesa, apresento dois argumentos: Por um lado, lembro que a pesquisa feminista insiste na necessidade de um posicionamento que aceite

a subjetividade e considere a identificação com “o outro” como única forma de compreendê-lo. Por outro lado, registro o fato de que as mulheres saarauis sempre manifestaram seu desejo de compartilhar e tornar pública sua situação, sua consciência coletiva, suas divergências internas e suas lutas, como parte de uma estratégia política consciente de que os olhos do mundo se voltassem para o seu povo.

Cabe ainda dizer que, imbuídas dessa necessidade de comunicar a sua situação ao mundo, os próprios homens e mulheres saarauis fazem um trabalho surpreendente e muito bem pensado; para conhecê-lo, basta fazer uma busca na internet para encontrar todos os verbetes na Wikipedia, blogs, páginas, arquivos, notícias e documentos que, com o seu trabalho de formiguinha, eles e elas conseguiram disponibilizar em várias línguas ocidentais, as redes de solidariedade que criaram, os aliados que conseguiram em todo o mundo.

Contudo, durante o trabalho de campo nos campos de refugiados na Argélia, notei um fenômeno interessante; os livros que levava comigo, *Filhas da areia*, de Ana Tortajada, e *Filhos da nuvem*, de Sophie Caratini, despertavam enorme curiosidade, e mesmo quem não sabia espanhol queria que eu lesse alguns trechos com a ajuda de uma vizinha chamada para traduzir, ou que ao menos mostrasse as imagens. Entre aqueles que já haviam lido uma das obras –a de Caratini–, houve uma discussão acerca de seu conteúdo. Alguns alegavam que certas afirmações estavam incorretas ou que foram escritas de forma dura e com más intenções, enquanto outros defendiam a autora, dizendo que apesar de algumas coisas serem fortes, não deixavam se ser verdadeiras, afinal, “somos assim mesmo”. Existe ainda grande admiração e apreço da parte de quem o leu pelo livro de Caro Baroja. O interesse dos saarauis pelas obras que os retratam me fez consciente da importância de ter referências externas, literárias ou acadêmicas, que funcionassem como espelho e como testemunhas de sua tradição e suas transformações.

Tal entendimento permitiu que eu desenvolvesse o meu trabalho com mais tranquilidade, sabendo que a sua utilidade dependerá também da minha capacidade de devolvê-lo aos campos de refugiados e a todas as pessoas que me ofereceram chá e me presentearam com o seu tempo, as suas palavras e a sua sabedoria.

Não tenho dúvida de que compreender as diferenças, as conquistas e os avanços das mulheres saarauis em relação às ocidentais consiste em um desafio de interpretação cultural no qual frequentemente corremos o risco de errar, mas que também oferece uma grande lição sobre as variadas maneiras de se fazer as coisas, as múltiplas formas de “ser mulher”, os muitos caminhos de luta e seus diversos pontos de chegada. Espero que este trabalho consiga ao menos transmitir isso.

Referências:

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA REFUGIADOS, comunicado HCR/155/42/76.

AMNISTÍA INTERNACIONAL (2010), Reporte anual para Marruecos y el Sahara Occidental 2010 (en idioma inglés), documento en línea en: <http://www.amnestyusa.org/annualreport.php?id=ar&yr=2010&c=MAR>

ASOCIACIÓN DE MUJERES SAHARAUIS EN ESPAÑA (AMSE), página oficial: <http://www.mujeresaharauis.es/>

ASOCIACIÓN DE MUJERES SAHARAUIS EN ESPAÑA (1995) Confesiones de mujer: testimonios de mujeres que han creado razones de existencia. Principado de Asturias.

BARONA Castañeda, Claudia (2004), Hijos de la Nube. El Sahara Español desde 1958 hasta la debacle, Madrid, Langre.

BATTUTA, Ibn (1326-1353) A través del Islam Fanjul y Arbos, tr. Editora Nacional, Madrid, 1981.

BRAZIER, Chris (1997) 'Special Edition: War and Peace in Western Sahara.' The NewInternationalist. No. 297. December 1997.

CARO Baroja, Julio (1955), Estudios saharianos, Júcar, Madrid, 1990.

CALLAU Tomàs, (2004) El Sahara Occidental, Història y actualitat d'un poble. Barcelona, Llibres de l'index.

CARATINI, Sophie, (2006) La prisión del tiempo: los cambio sociales en los campamentos de refugiados saharauis, Cuadernos Bakeaz N° 77, Octubre de 2006.

CARATINI, Sophie, (2003) La république des sables. Anthropologie d'une révolution, L'Harmattan, Paris.

CARATINI, Sophie, (1993) Hijos de las nubes, Guadarrama: (tr.) Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, Madrid, 2008.

DIARIO LA JORNADA EN LÍNEA, "Congreso de la Unión Nacional de Mujeres Saharauis", 26 de abril de 2011, disponible en línea en: <http://www.lajornadaquincenal.com.ar/2011/04/26/congreso-de-la-union-nacional-de-mujeressaharauis/>

FIDDIAN-Qasmiyeh, Elena, (2010) "Ideal" Refugee Women and Gender Equality Mainstreaming in the Sahrawi Refugee Camps: "Good Practice" for Whom?" Refugee Survey Quarterly , 29(2): 64-84.

FIDDIAN-Qasmiyeh, Elena (2002) Promoting Sustainable Transformations in Gender Roles During Exile: A Critical Analysis With Reference to the Sahrawi Refugee Camps. Tesis de Maestría no publicada. London School of Economics, Londres.

GARCIA, Alejandro, (2001) Historias del Sahara, el mejor y peor de los mundos, Los libros de la Catarata, Madrid.

GAYÁ, Catalina (2010) Cubarahuis, los cubanos del Sáhara, Comress (Comunicació i Responsabilitat Social) – Incom UAB, en línea: <http://comress.org/2010/09/10/cubarahuis-los-cubanos-del-sahara/>

GOLDSMITH, Mary (2005) “Análisis histórico y contemporáneo del trabajo doméstico” pp. 121-174, en Rodríguez y Cooper (Comp.) El debate sobre el trabajo doméstico, UNAM, Ciudad de México.

JENSEN, Erik, (2006) El Sahara Occidental, Anatomía de un punto muerto, Las Palmas de Gran Canaria, Universidad de las Palmas de Gran Canaria.

JULIANO, Dolores, (1998) La causa saharauí y las mujeres “siempre hemos sido muy libres”, Icaria, Barcelona.

MALKKI, L. (1992), “National Geographic: The Rooting of Peoples and the Territorialization of National Identity Among Scholars and Refugees”. Cultural Anthropology, 7, pp. 24-44.

MINURSO (United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara), página oficial, en: <http://minurso.unmissions.org/>

PERREGAUX, Christiane (1993), Gulili, mujeres del desierto saharauí, Txalaparta, Navarra.

PONTE, Clara, (2003) “Escuelas del Sahara”, Cuadernos de Pedagogía, N.º 328 OCTUBRE 2003, pp. 14-19.

PROYECTO ZIGHARIT, página editada por Castaldo Miriam, en colaboración con la Unión Nacional de Mujeres Saarauis y el CRIC – Centro Regionale d’Intervento per la Cooperazione, página en línea: <http://www.saharalibre.es/modules.php?name=MujeresSaharauis&op=index>

REPÚBLICA ÁRABE DEL SAHARAUI DEMOCRÁTICA, página web de información en el extranjero, en: <http://www.arso.org>

RODRIGUEZ Núñez, Eduardo, (1992) Las mujeres saharauis, Asociación de mujeres por la paz, Madrid.

RUIZ Miguel, Carlos (1995) *El Sahara Occidental y España: historia política y derecho: análisis crítico de la política española*, Madrid, Dyckinson.

SOLER, Narcís (1999) *Sahara Occidental, pasado y presente de un pueblo*, Girona, Universidad de Girona.

TETREAUULT, Mary Ann (1994) *Women and revolution in Africa, Asia and the New World*, University of South Carolina Press, Columbia.

TORTAJADA, Ana, (2002) *Les filles de la sorra*, Plaza y Janés, Barcelona.

WEST, Lois A, (1997) *Feminist Nationalism*, Routledge, Nueva York.

Entrevistas citadas:

- Mohamed Sidi Ali, Comissão de defesa do Parlamento, realizada em 11 de dezembro de 2010, wilaya de Dajla;
- Yirefia Suadu Musa, Presidenta em fim de mandato do Parlamento Infantil, realizada em 9 de dezembro de 2010, wilaya de Dajla;
- Deidu Mohamdi, realizada em 11 de dezembro de 2010, wilaya de Dajla;
- Naïma Salem, realizada em 16 de dezembro de 2010, wilaya de El Aiune;
- Senia Bachir Mustafa, dentista retornada de Cuba, realizada em 13 de dezembro de 2010, Campo 27 de fevereiro;
- Salema Mahmud, realizada em 5 de dezembro de 2010, wilaya de Auserd.

Documentários citados:

- Salima Kedi Embarec, *Salto-alto na areia*, autoedição, República Árabe do Saara Democrático, 2009;
- Beatriz Mateos, Chaska Mori, Dácil Pérez et al., *Tebraa, retratos de mujeres saharauis [Tebraa, retratos de mulheres saarauis]*, AAPSS, Espanha, 2007;
- Médicos del Mundo, *Naghga Embarka [Choro de boa sorte]*, autoedição, Espanha, 2011.



FLCMF

FUNDAÇÃO
**LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO**
PSol

